

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PRÓ – REITORIA DE PESQUISA E PÓS – GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Luís Carlos Cantanhêde Santos Junior

“TRABALHADORES DO BRASIL”: ensino de história, trabalhismo e a (des) proteção social (Maranhão/Brasil)

São Luís – MA
2025

Luis Carlos Cantanhêde Santos Junior

“TRABALHADORES DO BRASIL”: ensino de história, trabalhismo e (des) proteção social (Maranhão/Brasil)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão com vistas à obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Elizabeth Sousa Abrantes

São Luís – MA
2025

Santos Junior, Luis Carlos Cantanhêde.

“Trabalhadores do Brasil” : ensino de história, trabalhismo e (des) proteção social (Maranhão/Brasil) / Luis Carlos Cantanhêde Santos Junior. – São Luís, 2025.

107f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST), Universidade Estadual do Maranhão, 2025.

Orientadora: Profa. Dra. Elizabeth Sousa Abrantes.

1. Ensino de História. 2. Legislações Trabalhistas. 3. Trabalhismo. 4. BNCC. I. Título.

CDU 37.035.3(812.1)(072)

Elaborada por Lauisa Sousa Barros - CRB 13/657

“TRABALHADORES DO BRASIL”: ensino de história, trabalhismo e (des) proteção social (Maranhão/Brasil)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão com vistas à obtenção do título de Mestre.

Luís Carlos Cantanhêde Santos Junior

Aprovado em: 15/05/2025

BANCA EXAMINADORA:

Documento assinado digitalmente

 ELIZABETH SOUSA ABRANTES
Data: 01/07/2025 17:48:22-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Elizabeth Sousa Abrantes (Orientadora)
PPGHIST/UEMA

Documento assinado digitalmente

 VICTOR DE OLIVEIRA PINTO COELHO
Data: 01/07/2025 18:38:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Victor de Oliveira Pinto Coelho (Examinador Externo)
PPGHIS/UFMA

Documento assinado digitalmente

 ANTONIO EVALDO ALMEIDA BARROS
Data: 01/07/2025 18:45:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Antônio Evaldo Almeida Barros (Examinador Interno)
PPGHIST/UEMA

Sandra Regina Rodrigues dos Santos (Suplente)
PPGHIST/UEMA

Dedico este trabalho aos meus familiares e a todos os trabalhadores e trabalhadoras que lutam diariamente por melhores condições de vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e ao universo por me dar forças para continuar a minha vida acadêmica, trajetória árdua e muitas vezes difícil de seguir, mas ao mesmo tempo muito gratificante por estar produzindo algo para sociedade e para uma grande parcela da sociedade brasileira que são os trabalhadores (as).

Agradeço a minha orientadora professora Dra. Elizabeth Sousa Abrantes por seus ensinamentos e orientações fundamentais para a finalização deste trabalho dissertativo, orientação que vem desde a iniciação científica na graduação de história na UEMA. Agradeço também pela paciência e compreensão.

Agradeço ao professor Dr. Antonio Evaldo Almeida Barros pelas contribuições durante o mestrado no Programa de Pós-Graduação em História da UEMA, especialmente na disciplina Ensino e Didática da História: Memória Histórica e Historiografia, bem como durante a qualificação, cujas sugestões foram essenciais para a melhoria deste trabalho dissertativo.

Agradeço ao professor Dr. Victor de Oliveira Pinto Coelho pelas sugestões durante a qualificação, cuja experiência na área de pesquisa sobre o mundo do trabalho foi de grande ajuda para a melhoria da qualidade desta pesquisa dissertativa.

Agradeço especialmente aos meus familiares, em especial a minha companheira por todo companheirismo nessa trajetória não só na vida acadêmica, mas como na vida pessoal. Aos meus cunhados pelo apoio e os meus amigos de mestrado pelas conversas durante as disciplinas ao longo do mestrado.

RESUMO

Esta pesquisa analisa a temática do trabalhismo e da proteção social no ensino de história da Educação Básica. Aborda-se o processo de organização da classe trabalhadora com a finalidade de proteção social por meio do mutualismo e a formação do trabalhismo no Brasil durante o governo de Getúlio Vargas, com a (des) proteção aos trabalhadores no decorrer das décadas seguintes. Em seguida discute-se como as principais legislações educacionais contemporâneas no Brasil, com destaque para a BNCC, estão inseridas no contexto do neoliberalismo, e como isso afeta diretamente o ensino, em especial a educação da classe trabalhadora. Analisa-se como o tema do trabalhismo está inserido nos livros didáticos de história e geografia do Maranhão, a partir da década de 1980, e por fim, apresenta-se o processo de criação do produto educacional, um paradidático sobre os direitos trabalhistas no Brasil, com uma abordagem do trabalhismo da era Vargas até as transformações no mundo do trabalho atual, com a degradação das relações trabalhistas que afeta a vida dos trabalhadores e das trabalhadoras e compromete o futuro das novas gerações.

Palavras chave: Trabalhismo. Legislações Trabalhistas. Ensino de História. BNCC.

ABSTRACT

This research analyze the theme of laborism and social protection in the teaching of history in Basic Education. It explores the process of organization of the working classe for the purpose of social protection through mutualism and the formation of laborism in Brazil during the government of Getúlio Vargas, with the (lack of) protection of workers over the following decades. It then examines how Brazil's main contemporary educational legislation, especially the BNCC, is situated within the context of neoliberalism, and how this directly impacts education, particularly the education of the working class. The study also analyzes how the theme of laborism is addressed in history and geography textbooks in Maranhão from the 1980s onward. Finally, it presents the development process of the educational product: a supplementary textbook on labor rights in Brazil, which covers laborism from the Vargas era to recent transformations in the world of work, highlighting the deterioration of labor relations that affects workers' lives and jeopardizes the future of new generations.

Keywords: Laborism. Labor Legislation. History Teaching. BNCC.

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

- BNCC – Base Nacional Comum Curricular
- DCTMA – Documento Curricular do Território Maranhense
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais
- PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
- PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
- PPGHIST – Programa de Pós-Graduação em História
- UEMA – Universidade Estadual do Maranhão
- UFMA – Universidade Federal do Maranhão

LISTA DE IMAGENS

Imagen 01 – Igreja de São Benedito	32
Imagen 02 – Competências gerais da BNCC (DCM).....	52
Imagen 03 – Capa do livro Estudos Regional do Maranhão (1988)	66
Imagen 04 – Capa do livro Histórias do Maranhão (2001)	69
Imagen 05 – Capa do livro Atlas escolar Maranhão Espaços Geo-Histórico e Cultural (2006).....	72
Imagen 06 – Capa do livro Conexões e vivências – história (2022)	74
Imagen 7: Estudantes da escola de Tempo Integral Maria Araujo da Silva em sala de aula (2025).....	84
Imagen 8: Respostas dos estudantes ao questionário.....	85
Imagens 9: Resposta da questão 2 do Questionário	85
Imagen 10: Resposta da questão 4 do Questionário.....	86
Imagen 11: Resposta da questão 5 do Questionário.....	87
Imagen 12: Resposta da questão 6 do Questionário.....	87
Imagen 13: Questionário do professor	88

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Quantitativo de Sociedades Mútua no Brasil, entre os anos de 1917 a 1942..... 22

Tabela 02 - Primeiras Sociedades Mútua do Maranhão (1871 a 1933). 27

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Organizador Curricular 1º ano	53
Quadro 2 – Organizador Curricular 2º ano	54
Quadro 3 – Organizador Curricular 4º ano	56
Quadro 4 – Organizador Curricular 2º ano	58
Quadro 5 – Organizador Curricular 6ºano.....	59
Quadro 6 – Organizador Curricular 9ºano.....	60

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. DO MUTUALISMO AO TRABALHISMO.....	19
1.1 <i>O Mutualismo no Brasil durante a Primeira República</i>	19
1.1.1 Associações Mutualistas e Beneficentes.....	22
1.1.2 “A Sociedade poderá ser composta por ambos os sexos”- Mulheres nas sociedades mútuas.....	24
1.1.3 Sociedades Mutuárias no Maranhão.	27
1.1.4 O Associativismo negro no Pós-Abolição: o caso da Sociedade Mutuaria Irmandade Glorioso São Benedito.	30
1.2 <i>O Trabalhismo na Era Vargas</i>	33
1.2.1 O Controle dos Trabalhadores na Era Vargas (1930 - 1945).	33
1.2.2 A Ideologia Trabalhista no Estado Novo.....	35
1.2.3 Maranhão no Contexto da Era Vargas (1930-1945).	37
2. O TRABALHISMO NO ENSINO DE HISTÓRIA.....	41
2.1 Ensino de História e Base Nacional Comum Curricular (BNCC).....	41
2.2 Legislações Educacionais no Brasil, Neoliberalismo e Trabalho.....	46
2.3 Diretrizes Educacionais do Território Maranhense.....	48
2.3.1 Trabalho nas Legislações Educacionais Maranhenses Atualmente	51
2.4. O Trabalhismo nos Livros Didáticos.....	64
2.4.1 Analise dos Livros Didáticos	65
3. PRODUÇÃO E APLICAÇÃO DO PARADIDÁTICO “TRABALHADORES DO BRASIL”: do trabalhismo a uberização.....	78
3.1 Discussão sobre a Produção do Paradidático.....	78
3.2 Aplicação do Paradidático.	83
CONCLUSÃO.....	90
REFERÊNCIAS	92
ANEXOS.....	100
APÊNDICES	102

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa analisa a temática do trabalhismo e da proteção social no ensino de história da Educação Básica. O objetivo geral consiste em analisar as medidas protecionistas do Estado brasileiro na era Vargas, com enfoque no trabalhismo, propondo uma análise da ideologia trabalhista no ensino de história, face as atuais mudanças no mundo do trabalho.

Os objetivos específicos são: analisar de forma contextualizada o processo de organização dos trabalhadores para obter proteção e garantia dos direitos trabalhistas, desde o mutualismo até o trabalhismo da Era Vargas; investigar a abordagem da temática do trabalhismo e do trabalho na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e nos livros didáticos de história e geografia circulados no Maranhão a partir do final dos anos de 1980, explorando suas nuances e implicações pedagógicas e; elaborar um produto educacional voltado para o ensino de história com ênfase no mundo do trabalho desde as conquistas dos direitos trabalhistas na Era Vargas até o desmonte das políticas e das leis de proteção da classe trabalhadora na atualidade.

As problemáticas subjacentes à pesquisa visam aprofundar a compreensão do tema e incluem indagações como: Como se deu o processo de formação das legislações trabalhistas no Brasil? Quais foram as principais estratégias de sobrevivência e organização dos trabalhadores brasileiros antes da implementação das leis trabalhistas e da intervenção do Estado? Quais foram os benefícios proporcionados aos trabalhadores brasileiros na época da implementação dessas leis e de que forma essas legislações continuam a influenciar os direitos e as condições de trabalho dos trabalhadores nos dias atuais? Como as temáticas do trabalho e do trabalhismo estão sendo discutidos nos livros didáticos a partir do final dos anos de 1980?

Esse trabalho dissertativo teve início em um sonho de estudar sobre os(as) trabalhadores (as) durante a minha vida escolar, desde a infância e adolescência, onde ouvia meu avô falando da importância da organização dos trabalhadores oleiros das olarias da cidade de Rosário - MA. Durante o período de bolsista de iniciação científica durante a minha graduação me aproximei da temática do trabalho com a oportunidade dada pela minha orientadora professora Elizabeth Sousa Abrantes, onde eu pude estudar sobre o processo de formação do Estado de Bem-estar Social especificamente durante as décadas de 1930 a 1950.

Meu trabalho monográfico foi uma pesquisa sobre as Sociedades Mútua existentes na Primeira República, em um momento onde o Estado não tinha interesse em cuidar e oferecer dignidade aos trabalhadores. Dessa forma, dei continuidade no mestrado da pesquisa sobre o trabalho e a proteção social, agora para um tema pouco discutido na historiografia maranhense,

o trabalhismo da Era Vargas, analisando como os trabalhadores e trabalhadoras estavam inseridos nesse panorama social, e como o ensino de história tem abordado a temática. Essa abordagem permite discutir como o tema do trabalho vem sendo tratado na legislação educacional contemporânea, especialmente em um contexto de perda de direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores com muita luta.

No Brasil, os primeiros indícios do surgimento do Estado de Proteção Social datam dos anos 1930, coincidindo com o desenvolvimento industrial do país. Durante o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), houve uma consolidação significativa das leis trabalhistas, notavelmente a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que engloba diversos direitos para a classe trabalhadora. Entretanto, a relação de Vargas com a classe trabalhadora teve uma característica que manteve o controle sobre as demandas dessa classe: o autoritarismo. Esse traço foi essencial para a manutenção de Vargas no poder por muitos anos, pois seu governo visava mediar a tensão entre capital e trabalho, além de controlar a classe operária.

A década de 1930 marcou o surgimento da base do sistema de proteção social brasileiro, com o governo autoritário de Vargas desempenhando um papel central na regulamentação da organização dos trabalhadores da época. Utilizando seu poder para diminuir a legitimidade dos líderes trabalhistas, Vargas foi crucial na modernização do país, estabelecendo um sistema de proteção social para uma parte da classe trabalhadora (Benevides, 2011).

Em 1937, com o intuito de consolidar e expandir seu domínio político, Getúlio Vargas implementou uma série de estratégias de controle, entre elas a nomeação de intersetores para os estados. No Maranhão o escolhido foi Paulo Martins de Sousa Ramos, que permaneceu no cargo por nove anos, exercendo forte influência sobre a administração estadual durante esse período (Costa, 2016).

Além dessas ações, o governo Vargas promoveu importantes reformas institucionais, entre as quais destaca-se o "Código de Intersetores", instituído pelo Decreto nº 20.348, de agosto de 1931. Este decreto substituiu os governadores estaduais por intersetores nomeados diretamente pelo governo federal, reforçando a centralização do poder. Ademais, a política varguista trouxe mudanças significativas nas relações econômicas internacionais, como a adoção da política de boa vizinhança, e ampliou a participação feminina na política, entre outras reformas estruturais (Brasil, 1931).

Ao longo das décadas seguintes, o Estado de Bem-estar social no Brasil permaneceu fragmentado, com diversos governos implementando diferentes tendências de benefícios sociais, cada um com seus próprios objetivos.

A pesquisa utiliza algumas categorias e conceitos, a exemplo do Trabalhismo, conceito utilizado por Ângela de Castro Gomes em seu livro “A Invenção do Trabalhismo” (2005). A autora explora como o trabalhismo foi minuciosamente criado e consolidado como uma força política e social no Brasil. A autora argumenta que o trabalhismo não surgiu organicamente, mas foi deliberadamente planejado por líderes políticos, com destaque para Getúlio Vargas e seu governo, que buscaram criar uma identidade política capaz de unir diferentes grupos sociais em torno de um objetivo nacional comum. A obra examina como essa ideologia foi desenvolvida, disseminada e adotada pela sociedade, moldando não apenas políticas governamentais, mas também as relações de trabalho e a cultura política do Brasil.

Essa ideia de “invenção do trabalhismo” é fundamental para a presente análise, que se concentra no movimento trabalhista durante a primeira metade do século XX. O livro de Ângela de Castro Gomes é uma referência crucial, pois ajuda a compreender que o processo de criação das leis trabalhistas transcende a ideia de um simples favor governamental para a classe trabalhadora. O livro oferece uma nova perspectiva sobre esse período de complexidade, revelando o papel ativo dos trabalhadores no Brasil em processo de industrialização.

Ao aplicar o conceito de trabalhismo, definido por Gomes, busco compreender suas nuances e implicações na análise das legislações trabalhistas. Inicialmente, investigo a origem histórica e as características políticas e sociais do trabalhismo, situando esse conceito no contexto histórico da era Vargas. A partir desse entendimento, passo a analisar as legislações trabalhistas, observando como elas refletem os princípios do trabalhismo, principalmente no que se refere à proteção dos direitos dos trabalhadores e à regulação das relações de trabalho. Essa análise permite identificar padrões e influências de diferentes atores políticos e sociais ao longo do tempo.

Por fim, ao interpretar os resultados, pretendo refletir sobre as implicações do trabalhismo na formulação e implementação das legislações trabalhistas, contribuindo para o avanço do conhecimento na área.

A história social do trabalho busca interpretar as relações sociais e culturais de trabalhadores historicamente subalternizados. Esse campo relaciona conceitos como classe social e luta de classes, ampliando o estudo sobre os trabalhadores para além da sindicalização, explorando suas relações sociais e culturais no contexto do mundo do trabalho.

Autores como Eric Hobsbawm, Edward P. Thompson¹, Friedrich Engels e Karl Marx fornecem uma base teórica essencial para compreender o capitalismo e o papel da classe

¹ Edward P. Thompson, historiador marxista britânico, desenvolveu uma nova abordagem nos estudos sobre a classe trabalhadora ao entender a classe social como um processo histórico, e não apenas como uma posição

operária. Suas contribuições permitem uma análise crítica das condições de vida e trabalho, bem como das estratégias de resistência e organização dos trabalhadores. Essas perspectivas permitem uma visão aprofundada das experiências dos trabalhadores e das dinâmicas sociais e culturais do mundo do trabalho.

A abordagem sobre o trabalhismo também operacionaliza conceitos como classe e luta de classes. Ao examinar legislações trabalhistas na Era Vargas, analiso medidas como jornada de trabalho, salário mínimo e direitos sindicais, além de contextualizar as lutas e movimentos trabalhistas que influenciaram a formulação dessas leis.

Busco uma compreensão integrada das experiências de diversos grupos de trabalhadores, como operários, trabalhadores do campo, migrantes, mulheres e pessoas negras, com o objetivo de evidenciar as disparidades de classe e as influências sociais que moldaram a elaboração das leis trabalhistas no Brasil.

No primeiro capítulo, discuto o mutualismo operário até os desdobramentos do trabalhismo, analisando como os trabalhadores se organizavam antes da consolidação das leis trabalhistas e de que forma o trabalhismo passou a interferir na organização da classe trabalhadora entre as décadas de 1930 e 1950.

No segundo capítulo abordo as principais legislações educacionais contemporâneas no Brasil, com destaque para a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), situando-as no contexto do avanço do neoliberalismo e analisando seus impactos diretos sobre o ensino, especialmente na educação voltada à classe trabalhadora. Também examino como a temática do trabalhismo é tratada nos livros didáticos de História e Geografia utilizados no Maranhão, a partir da década de 1980.

No terceiro capítulo, apresento o processo de elaboração do produto educacional, um paradidático sobre os direitos trabalhistas no Brasil com uma abordagem que percorre desde as primeiras medidas de organização da classe trabalhadora no pós abolição, por meio do mutualismo, em seguida o trabalhismo na Era Vargas até as transformações recentes no mundo do trabalho, marcadas pela degradação das relações trabalhistas, que afeta a vida de trabalhadores e trabalhadoras, comprometendo também o futuro das novas gerações.

As fontes utilizadas na pesquisa foram bastante variadas, com Estatutos de Sociedades Mútua, Estatutos de Associações Profissionais, Legislações do Trabalho, Legislações

estrutural. Para ele, a classe se forma por meio de experiências compartilhadas, quando indivíduos com condições semelhantes reconhecem interesses comuns e se organizam em oposição a outras classes. Thompson também destacou a importância da experiência e da cultura na formação da consciência de classe, valorizando a ação dos sujeitos históricos e suas formas de resistência.

Previdenciárias, Relatórios, Constituições, Anuários Estatísticos do IBGE, Legislações educacionais, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Documento Curricular do Território Maranhense (DCTMA), jornais, fotografias e livros didáticos.

1. DO MUTUALISMO AO TRABALHISMO

O mutualismo e o trabalhismo correspondem a dois momentos distintos, porém interligados, na organização da classe trabalhadora no Brasil. Antes da consolidação das leis trabalhistas, durante a Era Vargas, os trabalhadores buscavam formas coletivas de amparo e solidariedade por meio das sociedades mutualistas e benéficas. Essas associações, organizadas principalmente no final do século XIX e início do século XX, tinham o objetivo de oferecer assistência em momentos de doença, desemprego e morte, funcionando como uma alternativa à ausência de direitos garantidos pelo Estado. Nesse contexto, o mutualismo foi uma estratégia essencial para a sobrevivência e mobilização dos trabalhadores, fortalecendo o sentimento de classe e incentivando formas de resistência às condições precárias de trabalho.

Com a ascensão do trabalhismo na década de 1930, o Estado passou a assumir um papel central na regulação das relações trabalhistas, incorporando algumas das demandas dos trabalhadores e institucionalizando direitos como salário mínimo, jornada de trabalho e aposentadoria. No entanto, esse novo modelo também buscava controlar os movimentos operários e limitar sua autonomia, subordinando a organização dos trabalhadores a um projeto nacionalista e corporativista. Assim, o processo de transição do mutualismo para o trabalhismo não apenas transformou a forma como os trabalhadores reivindicavam seus direitos, mas também redefiniu as relações entre Estado e classe trabalhadora, moldando os rumos das políticas trabalhistas no Brasil.

1.1 O Mutualismo no Brasil durante a Primeira República

O estudo do meio associativo entre a classe trabalhadora no Brasil abre um vasto campo de conhecimentos sobre sua organização, valores, tradições, costumes, entre outros aspectos que nos direciona para um caminho de novas descobertas sobre o movimento operário. As associações mútuas possibilitaram aos trabalhadores a participação mais direta na construção de sua valorização e de sua existência, em busca de dignidade perante a sociedade.

As sociedades mútuas podem ser classificadas pela historiografia de uma forma heterogênea, como explica Nomelini (2010, p. 144):

A principal dificuldade é estabelecer uma definição para as sociedades mutualistas. Frequentemente, são descritas como “entidades que mediante contribuições mensais asseguravam aos sócios serviços previdenciários como tratamento médico, auxílio a doentes, inválidos, velhos e viúvas”. Além disso,

apresentam outros benefícios, tais como, festas, jogos, bailes, bibliotecas e palestras. As sociedades de socorros mútuos não são apenas sociedades operárias, podendo ser organizadas pela Igreja, por empresas, por bairros, por etnia ou por critérios mais amplos, impondo restrições de ordem política, moral e religiosa para o ingresso.

O mutualismo é reconhecido como uma das primeiras formas de organização dos trabalhadores. As Sociedades de Socorro Mútuo, com suas variadas características, surgiram em meio às mudanças sociais, culturais e econômicas do período. No entanto, por muito tempo, essas organizações foram vistas apenas como uma fase inicial da mobilização operária, restrita ao contexto escravocrata e voltada exclusivamente para a garantia da subsistência (Mota, 2009, p. 30).

Segundo Mota (2009), as Sociedades de Socorro Mútuo surgiram como iniciativas coletivas de apoio entre trabalhadores, em um contexto onde não havia direitos trabalhistas formalizados, e eram bastante diversas. O autor defende que o mutualismo teve uma importância maior do que apenas garantir subsistência, acompanhando e respondendo às mudanças sociais do período.

Sobre as características dos seus membros, descreve Viscardi (2009, p. 294):

Fazem parte do debate sobre o mutualismo as teses que alegam ter sido o movimento composto não por trabalhadores pobres, mas pela “aristocracia operária”. Ademais, sabe-se que alguns indivíduos bem aquinhoados poderiam compor uma mutual, embora não se constituíssem na maioria de seus sócios. A despeito de tais ponderações, é inegável que o movimento associativo mutualista foi composto, sobretudo, por trabalhadores – assalariados ou não – que por não serem ricos, precisavam garantir a sua sobrevivência e a de seus familiares em momentos de infortúnio. Dessa forma, as mutuais recrutaram seus sócios preferencialmente entre os trabalhadores humildes, que não fossem totalmente destituídos ou marginalizados, mas que delas necessitassem, por não disporem nem da proteção do Estado nem de riquezas acumuladas. Na ausência das mutuais, só lhes restaria a caridade alheia.

As mútuas são um mecanismo de superação das dificuldades que muito dos trabalhadores passavam, ou seja, essas sociedades possibilitavam a sobrevivência em condições mais dignas. Utilizando dessas mútuas os trabalhadores tinham acesso à melhoria de condições de vida, como estudo, saúde e previdência, complementando sua renda e diminuindo a exclusão social, na medida em que tais sociedades ofereciam espaços de formação de uma cultura cívica e, eventualmente, de participação política (Viscardi, 2009, p. 294).

As características de sobrevivência e assistencialismo, bem como de práticas de caridade promovidas pelas mútuas vão direcionar para certa imprecisão conceitual sobre a definição das características das sociedades mútuas, e para a linha tênue entre proteção social dos seus sócios e filantropia.

A proximidade entre tais estratégias de sobrevivência levou grande parte de seus agentes a ter dificuldade no estabelecimento das fronteiras entre mutualismo e filantropia. Tanto no ocidente europeu como no Brasil, várias mutuais praticavam caridade, e os legisladores tiveram problemas em definir as sociedades como de socorro mútuo, benficiantes, filantrópicas, seguradoras privadas com fins lucrativos, ou mesmo sindicais (Viscardi, 2009, p. 294).

O artigo de Camila Menegardo Mendes Jogas (2018), intitulado “Mutualismo e fronteira racial: sociedades de trabalhadores negros e Conselho de Estado no Rio de Janeiro do século XIX”, discute o surgimento e a popularidade das sociedades benficiantes ou de ajuda mútua no Brasil, principalmente no século XIX. Essas organizações, também conhecidas como mutualistas, eram formadas por pessoas que compartilhavam algum traço de identidade comum, como profissão, origem, atividades de lazer ou etnia. O objetivo dessas sociedades era prestar assistência mútua entre seus membros, fornecendo apoio financeiro em momentos de dificuldade, como em casos de doença, desemprego, prisão ou morte.

A autora se propõe a investigar especificamente as tentativas de legalização de sociedades benficiantes formadas por trabalhadores negros na segunda metade do século XIX, no Rio de Janeiro. A autora enfatiza que essas sociedades enfrentaram obstáculos impostos pelo Conselho de Estado, que, por meio de critérios raciais, dificultava ou impedia sua formalização. O texto busca explorar as barreiras raciais que limitavam a organização e os direitos dos trabalhadores negros no Brasil durante esse período (Jogas, 2018, p. 05).

É importante destacar que as mútuas se diferenciam dos sindicatos, pois as mútuas não eram espaços de reivindicações da classe trabalhadora. Os trabalhadores procuravam nessas instituições proteção social (Viscardi, 2010, p. 33). Os estudos recentes também rompem com a ideia de que as mútuas antecedem os sindicatos brasileiros, como uma instituição predecessora em suas finalidades. Mas, é preciso alertar que embora tenham a característica sindical, não eram entidades passivas, também participavam das reivindicações trabalhistas de várias maneiras, direta ou indiretamente.

1.1.1 Associações Mutualistas e Beneficentes

Nesse tópico vamos analisar as mútuas existentes no Brasil durante o momento em que os trabalhadores brasileiros sofriam com a falta de assistência do Estado para uma grande parte da população trabalhadora, ativa ou não, antes da consolidação da legislação trabalhista (CLT). A falta de legislações capazes de amparar a classe trabalhadora vai ser determinante para uma organização trabalhista até o surgimento de um Estado de Bem-Estar Social², trazido pela modernização do Brasil durante a década de 1930, com a chegada de Getúlio Vargas ao poder executivo máximo do país.

É possível entender um pouco mais sobre essas organizações Beneficentes e Mutuárias através das documentações dos seus estatutos. Essa documentação abre um leque de possibilidades investigativas, possibilitando compreender a dinâmica das organizações mútuas e participação das mulheres dentro dessas sociedades benéficas (Cruz, 2015, p. 50).

Estatisticamente vamos trabalhar a distribuição das organizações das sociedades mútuas espalhadas pelo Brasil, seguindo as informações retiradas dos Anuários Estatísticos do IBGE, referente aos anos de 1936 (Ano II) e 1941-1945 (Ano VI). A sua distribuição geográfica nacional vai dar uma dimensão do tamanho do fenômeno mutualista no Brasil. A tabela abaixo mostra essa divisão das sociedades nos anos de 1917 e 1942.

Tabela 01: Quantitativo de Sociedades Mútua no Brasil, entre os anos de 1917 a 1942.

UF	MÚTUAS EM 1917	MÚTUAS EM 1942
DF	816	-
AC	6	3
AL	57	49
AM	35	16
BA	165	87
CE	87	78
ES	19	17
GO	28	6

² “Importante destacar que, na ausência de um Estado promotor do bem-estar-social e de políticas de previdência, essas associações preenchiam uma importante lacuna, contribuindo para a implantação e a consolidação das relações capitalistas que foram sendo paulatinamente implantadas, após o fim do escravismo” (Viscardi, 2010, p. 100).

MA	73	18
MT	26	3
MG	790	105
PA	50	40
PB	39	20
PE	103	106
PR	81	43
PI	13	15
RJ	144	68
RN	37	11
RS	104	149
SC	52	-
SP	744	197
SE	36	17
TOTAL	3505	1048

Fonte: Elaboração própria, dados coletados dos Anuários Estatísticos - Ano II (1936), Ano VI (1941/1945).

Analizando a Tabela I vamos observar um grande número de mútuas no ano de 1917 existentes nos países, isso se deve muito pela crescente organização de trabalhadores durante esse momento de formação da classe operária livre. Porém, é preciso um olhar crítico para as disposições de dados sobre a existência dessas sociedades no Brasil, muitos dessas informações eram feitas por órgãos públicos, dessa forma poderia haver discordância e falta de precisão em seus dados, como descreve Adhemar Lourenço da Silva Jr (2004, p. 52):

Não se pode dizer que o Estado brasileiro primou pelo cuidado com o registro estatístico das sociedades de socorros mútuos. Na prática, consta que eram as províncias/estados que notificavam o governo nacional sobre a existência de entidades em seu território, o que levaria a inexistência de um único critério de registro nacional.

Com suporte das análises de dados e revisões bibliográficas podemos identificar em qual região e em qual momento pode ser verificado o alto e baixo momento dessas mútuas no

território brasileiro. Essa discussão é bem propicia para o entendimento de onde o Maranhão estava inserido nesse contexto nacional.

A Tabela I apresenta dois momentos referentes ao quantitativo das sociedades mútuas no Brasil. Primeiro, o ano de 1917, onde temos como presidente Venceslau Brás (1868 – 1966), oligarca mineiro inserido na política do Café com Leite, momento político onde a presidência do Brasil era partilhada entre os políticos paulistas e mineiros, do partido Republicano. Durante esse período temos o crescimento da imigração de europeus fortalecendo pensamentos sindicais vindo da Europa. E o segundo momento será o ano de 1942, onde temos o contexto do Estado Novo de Getúlio Vargas, com a concentração dos poderes políticos.

Na tabela podemos notar uma queda de 70,09% das associações brasileiras mutualistas em um intervalo de tempo de 25 anos, isso pode ser reflexo da intervenção estatal dentro do mundo do trabalho, como descreve Silva Jr (2004, p. 54), “(...) seria a tendência a diminuírem as mutuais com a consolidação da previdência estatal, mas não com o surgimento do sindicalismo em seu trabalho”. Os estados correspondentes à região do Nordeste apresentaram uma queda de 33,9% entre o ano de 1917 e 1942, em comparação com a região Sudeste composta pelos estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, que tiveram redução das mútuas em 77,19%, queda bem acentuada.

O pesquisador Silva Jr (2004) afirma que a análise das estratégias públicas das sociedades de socorros mútuos precisa considerar três fatores principais: as condições *econômicas, sociais e políticas*. Somente ao combinar essas três dimensões é possível entender o papel que essas sociedades desempenharam no desenvolvimento de políticas públicas no Brasil. Contudo, a criação da previdência estatal acabou por limitar a influência dessas associações, ou seja, com o tempo o papel dessas sociedades foi sendo absorvido pelo Estado na oferta de previdência social.

1.1.2 “A Sociedade poderá ser composta por ambos os sexos”- Mulheres nas sociedades mútuas

Neste tópico analisamos a participação feminina nas associações de Socorro Mútuo, mostrando com essas sociedades não eram exclusivas para homens. As mulheres trabalhadoras também buscavam essas organizações como forma de proteção contra as adversidades do trabalho. As mulheres das camadas populares enfrentavam uma dupla jornada: além do trabalho fora de casa eram também responsáveis pelas atividades domésticas. Assim, sua presença nas associações reflete a luta por melhores condições e direitos em um cenário de grandes desafios.

A falta de registros históricos sobre o papel das mulheres ao longo da história contribuiu para a ideia de que elas sempre ocuparam uma posição secundária, confinadas aos afazeres domésticos. Embora as mulheres pertencessem a diferentes classes sociais, um aspecto em comum era a discriminação de gênero. A socióloga Heleieth Saffioti (1987) argumenta que a sociedade naturaliza essa ideia, associando o papel doméstico à capacidade materna das mulheres. No entanto, estudos antropológicos revelam que essa submissão foi um processo gradual, influenciado por fatores religiosos, culturais e econômicos. Gleidy Braga (2019) em seu estudo intitulado “As mulheres no contexto das sociedades ocidentais: uma luta por igualdade” propõe uma análise histórica para entender essa opressão e discutir como alcançar uma sociedade mais justa e igualitária no futuro.

O modelo social patriarcal moldou as relações de poder, confinando as mulheres ao espaço privado e às responsabilidades domésticas, mesmo quando elas ingressaram no mercado de trabalho. Juliana Pires Fritzen (2015, p. 1) argumenta que, apesar dessa inserção, as mulheres continuaram a ser sobre carregadas com múltiplas jornadas de trabalho, tanto dentro quanto fora de casa. Além disso, aponta que as políticas de proteção social e a atuação do Estado acabaram reforçando os papéis de gênero tradicionais, ampliando as desigualdades e a exploração das mulheres ao capturar suas funções associadas ao cuidado e ao trabalho doméstico.

Dessa maneira, é possível compreender que o papel e a participação das mulheres nas associações mútuas e benéficas seguem os mesmos processos históricos e sociais que definiram o papel feminino em cada sociedade e período. As dinâmicas dessas organizações refletem as mesmas estruturas de gênero e as expectativas impostas às mulheres ao longo da história.

Analizando os estatutos das sociedades mútuas encontrados nesta pesquisa, vamos perceber a relação de luta por parte das trabalhadoras por participação e igualdade de direitos, utilizando as sociedades como base desse processo de participação, mesmo não sendo comum a presença feminina (Silva Junior, 2018, p. 21). Nos estatutos de algumas dessas sociedades mutuárias veremos como era tratada a questão das adesões de sócios de ambos os sexos.

Art. 1.º A sociedade Mutuaria anexa á irmandade do Glorioso São Benedito é a congregação de todas as pessoas de ambos os性os que ela quiserem pertencer devendo ser irmão do Santo (Sociedade Mutuaria São Benedito, 1901, p. 03).

Art. 4.º Poderão pertencer a esta sociedade pessoas de ambos os性os, nacionais e estrangeiros, que gozem de boa conduta e que nunca tenham sido

julgados em juízo e condenados (Sociedade Beneficente 13 de Maio, 1901, p. 03).

Art. 1.º Fica desde já criada nessa cidade de São Luís do Maranhão, a sociedade Funerária Ilimitada, a qual se comporá de pessoas de ambos os sexos, nacionais e estrangeiros, de vida e profissão honestas, que assegurem como fundadores até o dia instalação no livro de inscrição e mais das que forem posteriormente admitidas que terão o título de sócios efetivos (Sociedade Funerária Ilimitada, 1900, p. 03).

Art. 2.º A sociedade compõe-se de ilimitado número de sócios sem distinção de nacionalidades; e de conformidade com os presentes Estatutos, podem fazer parte dela senhoras, reconhecidamente honesta (Sociedade Beneficente São Luiz, 1890, p. 03).

Art. 4.º Poderão fazer parte desta sociedade as pessoas de ambos os sexos, de bons costumes e comportamento; sem distinção de classe, nacionalidade ou credos religiosos (Sociedade Funerária União Operária Maranhense, 1918, p. 01).

Art. 16.º Poderão fazer parte da sociedade, uma vez que não tenham idade superior a 50 anos:

(a) As esposas dos associados;

(b) Os maridos das associadas (Sociedade Mútua dos Funcionários do Estado, 1928, p. 08).

É notório a participação feminina em muitas dessas sociedades de auxílio mútuo no Maranhão. A grande presença de mulheres nas fábricas têxtils e a falta de diretos e de igualdades salariais explicam a presença de um número significativo de mulheres nas associações mutuárias.

A região entre São Luís, Parnaíba, Teresina e Caxias, estava no início do século XX, com forte presença de mulheres trabalhadoras nas fábricas, principalmente de fiação, e também na indústria do extrativismo. Os salários menores, e a possibilidade de emprego de meninas órfãs como denunciavam os jornais operários, fazia com que a classe trabalhadora tivesse uma presença feminina igual ou até mesmo maior que a masculina (Silva Jr, 2018, p. 22).

Das setes sociedades mútuas, aqui encontradas nesta pesquisa, seis vão tratar nos seus respectivos estatutos sobre a adoção de sócios de ambos os sexos, e a preocupação com a mulher e a família do sócio. As mulheres podiam ter participação tanto como sócias como também de relação de dependência e primeira beneficiária do marido, como no estatuto da *Sociedade Mutuária São Benedito*.

Art. 36. São herdeiros dos sócios na falta dos doados ou legatários:

1º. Os viúvos ou viúvas.

2º. Os descendentes.

3º. Os ascendentes.

4º. Os irmãos de ambos os sexos (Sociedade Mutuaria São Benedito, 1901, p. 11).

Outra característica bastante presente nessas mútuas no Maranhão é a diversidade das profissões dos associados. Essas entidades têm grande variedade de profissionais de diversas áreas, levando as mesmas a ficarem ainda mais resistentes ao longo dos anos. O forte passado escravista afetava diretamente as relações e formações de trabalho, precarizando as profissões, já que era bastante comum a desvalorização das profissões, levando a população a procurar meios de sobrevivência, e as uniões associativas ajudaram a assegurar uma certa valorização profissional (Silva Jr, 2018).

Analisando a participação feminina nessas mútuas encontradas no Maranhão vamos ver certa participação e preocupação desse público. Mesmo com a relação de dependência masculina, se tem pelo menos uma brecha para que haja uma introdução das mulheres nessas mútuas.

1.1.3 Sociedades Mutuárias no Maranhão

As Sociedades Mutualistas existentes no Maranhão não fugiram muito das preocupações das demais sociedades de assistência mútuas no Brasil. Nesse trabalho foram encontrados sete estatutos de Sociedades Mutualistas (Tabela II), com diversos objetivos, autodenominadas como auxílio mútuo, benficiares e sociedades funerárias. Essas Sociedades foram fundadas entre 1871 e 1928.

Tabela 02: Primeiras Sociedades Mútuas do Maranhão (1871 a 1933)

NOME	FUNDAÇÃO	ESTATUTO APROVADO	CIDADE
Sociedade Militar do Maranhão	09/04/1871	04/06/1871	São Luís - MA
Sociedade Beneficente São Luís	21/07/1887	05/05/1890	São Luís - MA
Sociedade Beneficente B 13 de maio	29/07/1888	13/05/1901	São Luís - MA
Sociedade Centro Caixeiral	02/03/1890	02/03/1890	São Luís - MA
Sociedade Beneficente Maranhense	10/08/1897	03/10/1897	Rio de Janeiro - RJ
Sociedade Funerária Ilimitada	25/12/1900	25/12/1900	São Luís - MA
Sociedade Mutuária São Benedito	21/04/1901	21/04/1901	São Luís - MA
União Operaria Maranhense	13/02/1919	13/02/1919	São Luís - MA
União dos Sapateiros	02/09/1927	20/04/1931	São Luís - MA

Sociedade Mútua dos Funcionários do Estado	20/12/1928	20/12/1928	São Luís - MA
União dos Trabalhadores das Capatazias do Estado	08/01/1930	08/01/1930	São Luís - MA
Sociedade Beneficente dos Chauffeurs	19/01/1930	22/04/1930	São Luís - MA
Montepio Comercial e Industrial do Maranhão	—	10/06/1930	São Luís - MA
União dos Funcionários Públicos do Maranhão	13/05/1933	—	São Luís - MA

Fonte: Estatutos das Sociedades mutualistas.

A *Sociedade Beneficente Militar do Maranhão*, instalada na cidade de São Luís, no dia 09 de abril de 1871, tinha por único fim, “socorrer com caridade cristã a pobreza evidenciada de qualquer dos seus sócios reduzindo em seu soldo por algum caso adventício independente de sua vontade, ou mesmo por falta absoluta de meios”. Foi a sociedade mais antiga encontrada nessa pesquisa. Nessa sociedade existiam três tipos de sócios: Efetivos, Benfeiteiros e Honorários. Suas reuniões ocorriam no quartel do campo D’ Ourique do Maranhão. Em agosto de 1871, sua comissão era composta pelo major João Capistrano de Aguiar Montaremos (presidente), Honorato Cândido Ferreira Caldas (1º secretário), capitão Gonçalo de Mattos Rocha (2º secretário), major Thiago (tesoureiro) e por João Luiz Tavares (procurador).

A *Sociedade Beneficente São Luiz*, com fundação no dia 21 de julho de 1887, tinha sua sede na capital São Luís do Maranhão, é a segunda mais antiga encontrada nessa pesquisa. No seu estatuto é descrito seus objetivos: “socorrer seus associados, quando enfermos, impossibilitados de trabalhar ou inválidos, garantindo-lhes as despesas do enterro” (*Sociedade Beneficente São Luiz*, 1887, p. 03). Sua comissão no ano de 1890 era formada pelos membros Joaquim José Gonçalves Junior (presidente), Miguel Joaquim Ayres do Nascimento (vice-presidente), Alberto da Silva Fortuna (primeiro secretário), Manoel Rodrigues de Carvalho (Segundo secretário), Antônio Ribeiro de Mendonça (Tesoureiro), João Thomaz de Mello (Procurador).

A *Sociedade Beneficente 13 de Maio* foi fundada em 29 de julho de 1888, tinha como finalidade: “Art.2º- socorrer seus associados em caso de moléstia que os impossibilite de trabalhar, de conformidade com presentes estatutos” (*Sociedade Beneficente 13 de Maio*, 1901, p. 03). Sua comissão em 1901 era composta pelos membros Jose Tomaz dos Santos, Sereapião Angelo de Azevedo, Joaquim de Sant' Anna Reis, Antonio Soares da Silva e Antonio Carlos de Araújo Franco.

A *Sociedade Mútua dos Funcionários do Estado* era uma sociedade feita para o funcionalismo público do Maranhão, fundada em 1928, exclusivamente composta por funcionários públicos, como é descrito no Art 26º: Poderão fazer parte da sociedade funcionários federais e do município da capital que o requererem e forem admitidos na forma destes estatutos (*Sociedade Mútua dos Funcionários do Estado*, 1928, p. 10). Sua comissão era composta por Henrique José Couto (presidente), Brasílio Torreão Franco de Sá (vice-presidente), José de Ribamar Pinheiro (1º secretário), Marcellino Nina Perdigão (2º secretário), e Raphael Ferreira (tesoureiro).

Uma outra prática mutualista existente no Maranhão era de sociedades funerárias, como a *Funerária Ilimitada*, instalada no dia 25 de dezembro de 1900 em São Luís. Seus objetivos são descritos no seu Artigo 4º: “A Sociedade tem por fim único proporcionar aos doadores, legatários ou herdeiros do sócio que falecer um pecúlio certo”. Sua diretoria era composta por Viríssimo José d' Azevedo e Silva (v), Tranquedo dos Passos Cordeiros (primeiro secretário) e Albano Mendes da Silva (tesoureiro.)

A *União Operária Maranhense* foi fundada em São Luís no dia 13 de maio de 1918, e sua instalação ocorreu no dia 13 de fevereiro de 1919, nomeada como instituição funerária. Seus objetivos e fins estão descritos no Art. 2º:

A união operária maranhense, tem por fim congregar todo operário em geral, fazendo o possível para realizar o bem-estar da classe, defendendo os seus direitos, e na mais perfeita solidariedade incentivar o aperfeiçoamento moral e cívico dos sócios pelo cumprimento de seus deveres (*Sociedade Funerária União Operária Maranhense*, 1918, p. 01).

Apesar de grande parte das documentações e registros de associações, tanto mutualistas quanto benéficas, serem originários da capital, São Luís, também encontramos registros de associações mútuas no interior do Maranhão. Um exemplo é a sociedade mutuária existente na cidade de Icatu, onde localizamos na imprensa informações sobre a eleição de novos membros para a administração da Mútua Icatuense, em 1903, conforme apresentado a seguir.

SOCIEDADE MUTUA ICATUENSE. Foi este o resultado da eleição procedida no dia 30 de dezembro último; para os novos funcionários que tem de administrar esta sociedade: Assembleia Geral: Antonio Thomaz Belfort Campos (reeleito); José Joaquim Barboza, Benedicto Coqueiro Cantanhede (reeleito) José Pires Nunes (reeleito). Diretoria: Bernardo Fortunado dos Santos (reeleito); Emiliano Joaquim de Bastos; João Cândido Pinto de Castro (reeleito); Agostinho Henrique de Almeida; Carlos Natividade (reeleito).

Comissão Fiscal Joaquim Francisco Barboza; Benedito dos Reis Coqueiro; Martiniano de Burgos Lima (*O Rosariense*, 1 de fevereiro de 1903).

Na cidade de Rosário, vizinha a Icatu, a *Sociedade Protetora* foi mencionada em uma edição do jornal *O Rosariense*, de 21 de fevereiro de 1903. A notícia destacou o falecimento de um de seus sócios e a entrega do pecúlio, conforme previsto no artigo 9º, § 1º do estatuto da sociedade, como podemos observar: “tendo falecido a sócia fundadora d. Maria Gonçalves, comunico aos sócios sobreviventes que estou procedendo o recebimento do pecúlio, de conformidade com o art. 9. § 1. Rosario, 17 de fevereiro de 1903. Heráclito Nina tesoureiro” (*O Rosariense*, 21 de fevereiro de 1903).

Dessa maneira, podemos perceber que a organizações dos trabalhadores em sociedades mútuas não se resumiu aos grandes centros urbanos, embora as capitais concentrassem um número maior.

1.1.4 O Associativismo negro no Pós-Abolição: o caso da Sociedade Mutuaria Irmandade Glorioso São Benedito

A mudança na estrutura econômica brasileira baseada na mão de obra escrava transformou a classe trabalhadora no país, a qual tentou se moldar ao novo contexto do capitalismo no país. A *Sociedade Mutuaria Irmandade Glorioso São Benedito* nos permite compreender alguns aspectos do papel das sociedades mutuas para com a população negra no pós-abolição, como essas entidades tinham uma representatividade da população da época em profunda mudança social, cultural e econômica.

É importante entendemos como os negros livres e libertos estavam procurando meios de sobrevivência e inserção em uma sociedade com uma gigantesca efervescência social. Homens e mulheres faziam essas entidades como um portal para um reconhecimento social e melhoria de vida sua e de seus filhos. No Maranhão não foi diferente em termos das dinâmicas associativas de pessoas negras a procurarem melhores condições de existência em um período marcado pelo apagamento e esquecimento do povo negro no Brasil pós-abolição.

O estudo de Thiago Juliano Sayão (2015), intitulado “As heranças do Rosário: associativismo operário e o silêncio da identidade étnico-racial no pós-abolição, Laguna (SC)”, aborda as práticas associativas dos negros em sociedades operárias no Brasil pós-abolicionista. No artigo é possível observar como essas entidades estavam presentes em diversas regiões do país, revelando aspectos sociais e as dinâmicas pessoais da população negra em uma sociedade que, por meio do processo de branqueamento, tentava apagar sua presença e identidade.

Uma característica observada nessas entidades operárias organizadas por negros foi a tentativa de ocultar a questão racial, focando no aspecto da classe operária mais do que da identidade étnico-racial. Os associados buscavam, por meio dessas organizações, modificar sua condição de exclusão em diversos setores sociais (Sayão, 2015, p. 132).

É importante lembrar que as sociedades de ajuda mútua e benficiares desempenharam um papel significativo no Brasil antes da consolidação das leis trabalhistas. Nessas organizações, as dinâmicas entre os associados variavam, abrangendo tanto suas profissões quanto os objetivos específicos de cada fundação, e as sociedades negras não foram diferentes (Jogas, 2018).

Os estudos sobre o associativismo de afrodescendentes no Brasil demonstram a riqueza das investigações sociais e as questões problemáticas que essas instituições podem revelar.

Outro caminho profícuo e vantajoso para o estudo das trajetórias de coletividades são suas redes sociais. A circulação desses atores sociais em ambientes distintos ajuda-nos a compreender como construíram relações sociais horizontais e verticais e quais os diferentes graus de intensidade produzidas na constituição e manutenção de laços interpessoais (Rosa, 2017, p. 224).

Sayão (2015), ao discutir o associativismo negro em Laguna, Santa Catarina, no período pós-abolição, destaca como as associações formadas por afrodescendentes não só serviam como espaço de sociabilidade, mas também como meio de afirmação ou de elevação social. Essas organizações permitiam que seus membros pudessem negociar uma inserção mais favorável na sociedade da época. Aponta que essas associações adotaram uma estratégia de "ocultamento" da identidade étnico-racial. Ao invés de enfatizar diretamente a negritude, elas optaram por uma postura discreta em relação à identidade racial como uma forma de ação política e social. Isso não significava que estavam se submetendo à ideologia do branqueamento, mas sim que utilizavam uma tática para evitar o confronto direto com a discriminação racial. Essa abordagem permitiu aos membros das associações conquistar espaços e posições na sociedade, mantendo um "território negro" de forma estratégica. Assim, o silêncio sobre a identidade racial foi uma forma de resistência e sobrevivência em um contexto de forte exclusão social.

O estudo de Rosa (2017) faz uma análise sobre as sociedades recreativas formadas por afrodescendentes no período pós-emancipação no Brasil, e aponta que, ao contrário de algumas pesquisas que argumentam que a população negra após a abolição estava desorganizada ou vivia em um estado de "anomia" (falta de normas e organização social), essas sociedades recreativas mostravam o oposto.

Essas organizações não só garantiram a coesão social entre os afrodescendentes, mas também possibilitaram a mobilidade social, permitindo que homens e mulheres negros tivessem acesso a bens materiais e culturais que antes eram restritos. As sociedades funcionavam como uma forma de integração e ascensão em um novo cenário social, contribuindo para que essa população conquistasse mais espaço na nova ordem que emergia após o fim da escravidão. Portanto, Rosa refuta a visão de que os negros estavam desorganizados no pós-emancipação, destacando o papel importante dessas associações para o progresso social da comunidade afrodescendente (Rosa, 2017).

A maior parte dos estudos sobre o Mutualismo, e mais especificamente o Mutualismo de afrodescendentes no Brasil, concentra-se nas regiões Sul e Sudeste. Este capítulo, além de abordar os antecedentes das organizações trabalhistas no Brasil, antes da consolidação das leis trabalhistas, busca ampliar o debate acadêmico e cultural por meio da análise do objeto na região Norte do Brasil, com o foco no Maranhão.

Um ponto interessante sobre as sociedades mutuárias é que muitas delas mostravam o caráter católico cristão que essas organizações obtinham. É o caso da *Sociedade Mutuária Irmandade Glorioso São Benedito*, fundada em 1901 em São Luís do Maranhão, com suas reuniões sendo feitas em uma escola pública do terceiro distrito na Rua do Sol. Sua comissão era formada por Marcellino Rodrigues da Silva Nunes (presidente), Horácio Cantídio Lobão (primeiro secretário) e por João Cantídio Ribeiro (tesoureiro).

Imagen 01: Igreja de São Benedito



Fonte: Fotografia da Igreja São Benedito, localizada no centro de São Luís/MA. Autoria Própria (2024).

A Irmandade Glorioso São Benedito tinha como característica a presença de negros entre os seus associados. A igreja de São Benedito teve um papel importante na vida da

população negra após a abolição, funcionando como centros de resistência, identidade cultural e organização comunitária.

1.2 O Trabalhismo na Era Vargas

Esta segunda parte do capítulo tem como objetivo discutir e problematizar as principais questões em torno da formação do trabalhismo no Brasil durante a Era Vargas (1930-1945), explorando seus desdobramentos históricos, políticos e sociais. Durante esse período, foram estruturadas políticas e instituições que moldaram as relações de trabalho no país e consolidaram o Estado como mediador das demandas trabalhistas. No entanto, ao mesmo tempo em que concedia direitos, o governo também cooptava e controlava a organização dos trabalhadores.

Direcionaremos o olhar para o Maranhão no contexto do Estado Novo, investigando como as dinâmicas políticas e sociais dessa época influenciaram as configurações locais do trabalho e as questões sociais. Analisaremos o papel dos governos estaduais, em especial o de Paulo Ramos, enquanto interventor federal, no processo de implementação das diretrizes varguistas e na adaptação dessas políticas às especificidades regionais.

Além da importância de discutir a construção do trabalhismo como ideologia nacional, sintetizada na emblemática expressão "Trabalhadores do Brasil", utilizada por Vargas em seus discursos, esta análise busca compreender como o trabalhismo foi forjado como uma ferramenta política e simbólica de aproximação com as massas trabalhadoras, ao mesmo tempo em que consolidava o poder do Estado sobre os movimentos sociais. Ao longo do capítulo, refletiremos sobre os limites e contradições desse processo, enfatizando as tensões entre o controle estatal e a mobilização autônoma dos trabalhadores.

1.2.1 O Controle dos Trabalhadores na Era Vargas (1930 - 1945)

A trajetória política de Vargas³ a frente do executivo nacional representa uma fase de mudanças políticas e econômicas no país, com o enfraquecimento do governo oligárquico que caracterizou as primeiras décadas republicanas, e a ascensão de uma burguesia industrial que se fortalecerá com a atuação do aparato estatal na montagem de um parque industrial moderno.

³ Getúlio Dornelles Vargas nasceu em 19 de abril de 1882, na cidade de São Borja, no Estado do Rio Grande do Sul. Filho de Cândida Dornelles Vargas e Manoel do Nascimento Vargas, pertencia a uma família de estancieiros com significativa influência na política local. O contexto político do Rio Grande do Sul, marcado por batalhas, guerras e revoluções, exerceu grande influência sobre Vargas, moldando sua trajetória e consolidando sua vocação para a vida pública (D'Araújo, 2017, p. 13).

E junto a essa classe patronal também emerge a força da organização da classe operária, demandando um novo tratamento para a questão social do trabalho. Nesse contexto, o governo de Vargas vai funcionar como um mediador e ator político de destaque no embate entre capital e trabalho. A figura de Vargas simbolizou o elo entre os trabalhadores brasileiros e a consolidação de um projeto nacionalista no cenário político.

A Igreja Católica apoiou o governo de Getúlio Vargas⁴ devido a interesses mútuos que convergiam para o fortalecimento de suas posições institucionais e sociais no Brasil. Durante o período do Estado Novo (1937-1945), Vargas buscava consolidar um projeto de centralização política e construção de um Estado nacional forte, enquanto a Igreja, por sua vez, desejava retomar sua influência na educação e reforçar seus valores em uma sociedade que experimentava uma crescente secularização.

O apoio da Igreja foi incentivado por medidas como a inclusão do ensino religioso nas escolas públicas, prevista na Constituição de 1934, e a reafirmação de valores católicos como base para a moral e os costumes. Esse alinhamento refletia uma troca estratégica: Vargas garantia o apoio de uma instituição com forte influência sobre a população, enquanto a Igreja recuperava parte de seu poder simbólico e institucional.

Além disso, a relação entre Vargas e a Igreja Católica se fortalecia por meio de políticas que enfatizavam o combate a ideologias como o comunismo, visto como uma ameaça tanto ao regime quanto à moral religiosa. A Igreja endossava discursos governamentais que exaltavam a ordem, a família e o trabalho como pilares da sociedade, contribuindo para legitimar o projeto político de Vargas. Em troca, o governo promovia eventos como o Congresso Eucarístico Nacional e utilizava a simbologia católica em celebrações cívicas. Essa parceria consolidou uma aliança que ajudou a moldar o imaginário nacionalista e fortaleceu o papel da Igreja como mediadora cultural e social durante o governo Vargas.

O apoio da Igreja ao Estado não era novidade. Contudo, essa relação se tornou ainda mais estreita durante o Estado Novo, e um marco simbólico dessa colaboração foi a inauguração da estátua do Cristo Redentor no Corcovado, em 12 de outubro de 1931, data que coincide com o descobrimento da América. Vargas e todo o seu ministério compareceram à cerimônia, reforçando a relação entre Igreja e governo (Fausto, 2006).

⁴ O período de Vargas no poder é dividido em: Governo Provisório (1930 - 1934), Governo Constitucional (1934 – 1937) e Estado Novo (1937 – 1945). Essa divisão reflete a complexidade de seu governo, que deve ser analisada sob diferentes perspectivas.

O governo de Vargas também é visto como autoritário e contraditório em relação ao modelo liberal-social dos Estados Unidos (Meireles Jr, 2018). Esse autoritarismo foi especialmente evidente no Estado Novo (1937-1945), período marcado pelo combate rigoroso às greves e à repressão de movimentos influenciados por ideologias socialistas e comunistas.

Vargas soube construir uma imagem carismática ao longo de seus governos, utilizando-se de discursos emblemáticos voltados para os trabalhadores brasileiros. Seus pronunciamentos radiofônicos foram um dos principais instrumentos para consolidar sua popularidade.

A despeito das sugestivas opiniões de contemporâneos e amigos que viam em Vargas desde cedo os traços excepcionais que o projetaram na vida pública, é através dessas sucessivas metamorfoses que o mito se tece. Inicialmente sustentado pelo respeito e admiração de seus pares em seu estado de origem, que a ele imputam um singular poder de aglutinação das tendências conflituosas que por muito tempo coexistem sem encontrar denominador comum que as comande e unifique" (Camargo, 1999, p. 16).

A historiografia sobre o Estado Novo analisa tanto a participação política e ideológica dos trabalhadores quanto a atuação do governo Vargas nesse contexto. Sua longa trajetória política deixou marcas profundas na estrutura do Estado, especialmente na criação de órgãos estatais e políticas de proteção social aos trabalhadores.

A estrutura sindical construída durante a Era Vargas, marcada pelo atrelamento ao Estado e pelo controle das organizações trabalhistas, persiste em grande parte do Brasil até hoje. Esse modelo fragmentou a união dos trabalhadores em nível nacional, dificultando a luta por melhores salários e condições de vida (De Paula, 2018).

O Estado Novo representou um momento de profundas mudanças na estrutura estatal e na relação entre o governo e os trabalhadores brasileiros. Vargas percebeu a importância da classe trabalhadora para o desenvolvimento do país e, ao mesmo tempo em que buscava atender suas reivindicações, também implementava estratégias de controle social para manter seu governo e consolidar um projeto nacionalista.

1.2.2 A Ideologia Trabalhista no Estado Novo

O trabalhismo, enquanto ideologia, consolidou-se como um dos principais pilares de organização política e social no Brasil durante o século XX, especialmente a partir do governo de Getúlio Vargas. Essa corrente buscava promover políticas voltadas para a valorização do trabalho e dos trabalhadores, articulando demandas sociais e econômicas em um contexto de modernização industrial e urbana. O trabalhismo não se limitava apenas à criação de direitos

trabalhistas, mas apresentava-se como um projeto de mediação entre as classes, buscando construir uma relação de proteção e paternalismo entre o Estado e os trabalhadores. Essa perspectiva contribuiu para a formação de uma identidade coletiva em torno do trabalho, ao mesmo tempo em que legitimava o papel do Estado como regulador das relações laborais.

Na década de 1930, a ideologia estatal influenciou significativamente o processo de formação da cidadania no Brasil. Nesse contexto, a colaboração entre o governo, o empresariado e outras esferas políticas foi fundamental para a criação de um projeto político e ideológico conhecido como ideologia trabalhista. Tal projeto desempenhou um papel importante ao construir uma narrativa que buscava convencer os trabalhadores de que as ações do governo Vargas estavam alinhadas aos seus interesses. Em um período decisivo para a consolidação do Estado-nação, a ideologia trabalhista atuou como um mecanismo de mediação entre os trabalhadores e o Estado, promovendo uma sensação de identidade coletiva vinculada às políticas públicas (França; Cabral, 2016).

No decorrer do governo Vargas havia uma política ideológica e repressiva intencional. Em muitos casos, as práticas repressivas eram justificadas pela necessidade de manter a ordem durante o governo, reforçando um discurso legitimador da administração varguista (Gomes, 1982). Essa ideologia do Estado Novo foi desenvolvida por diversas vias, incluindo a trabalhista e a cultural. Músicos da época eram bem vistos por produzirem canções que exaltavam o Estado, contribuindo para a criação de um imaginário nacionalista com uma cultura própria e forte (Paranhos, 1996).

Até a década de 1930 não existia por parte do Estado uma preocupação significativa com a classe trabalhadora. Vargas utilizou-se de diversos mecanismos para construir a imagem de benfeitor, atendendo anseios da população que até então não haviam sido contemplados pelos governos anteriores.

As discussões historiográficas sobre o surgimento do Estado de Bem-estar social no Brasil mostram que sua dinâmica de desenvolvimento seguiu um caminho distinto daquele observado em países europeus e nos Estados Unidos. Essa diferença se deve não apenas ao papel específico do Brasil na economia mundial, mas também às suas particularidades históricas. Sobre essa questão, Medeiros (2001, p. 05) destaca que “as evidências empíricas e conclusões da literatura consagrada sobre o assunto mostram que existe uma razoável compatibilidade entre as diversas análises do caso brasileiro”.

Durante a década de 1930, as bases do sistema de proteção social brasileiro foram estabelecidas sob o governo autoritário de Getúlio Vargas, com o propósito de regular a organização dos trabalhadores da época. Utilizando seu poder, o governo buscou enfraquecer a

legitimidade dos líderes trabalhistas e controlar suas reivindicações. Dessa forma, a gestão de Vargas impulsionou a modernização do país ao estruturar um sistema de proteção social que atendia a uma parcela dos trabalhadores (Benevides, 2011).

Marcelo Medeiros (2001) defende a ideia de que o surgimento do bem-estar social no Brasil está relacionado a um modelo autoritário e conservador. De acordo com o autor, já no início dos anos 1930, consolidava-se no país um formato de Estado de bem-estar social pautado por políticas sociais de orientação conservadora. Para os grupos dominantes, que adotavam uma visão corporativista, manter a ordem social era fundamental, enquanto os conflitos entre as classes eram percebidos como ameaças ao bem comum, que seria representado pelo Estado. Nesse contexto, o autoritarismo tornou-se uma característica evidente, manifestando-se principalmente na repressão aos movimentos organizados dos trabalhadores.

Ao longo das décadas, o modelo de bem-estar social no Brasil manteve-se fragmentado, variando conforme os interesses dos diferentes governos, que implementaram benefícios sociais de acordo com seus próprios objetivos políticos e econômicos.

A sindicalização dos trabalhadores proporcionou uma melhor organização da classe operária a partir do início do século XX, período em que não havia uma legislação que atendesse seus anseios, especialmente na relação entre capital e trabalho. Durante a Primeira República, o Estado exercia uma dura repressão contra qualquer tipo de manifestação da classe trabalhadora (Batistella, 2015). Com a chegada de Getúlio Vargas ao poder houve o atrelamento dos sindicatos ao Estado. Essa tentativa de fortalecer os laços com a classe trabalhadora nada mais foi do que um plano ideológico do governo, como explica Wilson Steinmetz (2015, p. 249): “No plano ideológico, é a vitória da concepção corporativista e positivista, que propugna pela inclusão das classes trabalhadoras à sociedade por meio da ação e coordenação do Estado, sob sua direção e controle, e pela desideologização das relações entre capital e trabalho”.

Essa “desideologização” correspondia à tentativa do Estado de retirar a legitimidade das lutas dos trabalhadores frente ao modelo liberal de exploração do trabalho. Dessa forma, o Estado não apenas se colocava como mediador, mas também como controlador da organização da classe trabalhadora, garantindo sua submissão às diretrizes governamentais.

1.2.3 Maranhão no Contexto da Era Vargas (1930-1945)

Para compreender o período do Estado Novo no Maranhão é fundamental analisar o contexto social e político da época, considerando as articulações políticas e as disputas de poder que marcaram esse momento. No final do século XIX, o Maranhão desenvolveu uma estrutura

política que serviu de base para a formação de grupos que dominariam o cenário político nas décadas seguintes. Assim, facções compostas por famílias influentes estabeleceram mecanismos para se manter no poder por longos períodos.

No final do século XIX, o estado começou a desenvolver uma indústria baseada na mão de obra livre. Nas primeiras fábricas instaladas no Maranhão predominavam trabalhadores negros e pardos, considerando a grande mestiçagem presente na região e o êxodo rural que transferia trabalhadores do campo para a cidade (Mota, 2014).

Até a década de 1930, a economia maranhense ainda se baseava predominantemente na agricultura, seguindo um modelo de produção rural de pequenas propriedades, haja vista que o modelo agroexportador teve sua maior crise com a abolição. No período entre as duas grandes guerras mundiais o mercado europeu e norte-americano se abriu para a importação de produtos como o babaçu, o que beneficiou a economia maranhense, mas essa realidade não se sustentou por muito tempo.

Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, iniciou-se um processo de transição econômica, com a implementação de políticas voltadas para a industrialização. Esse movimento buscou diversificar a economia e reduzir a dependência da produção agrícola, incentivando o desenvolvimento industrial. Entre as primeiras medidas do governo Vargas destacam-se as políticas de conciliação entre trabalhadores e empregadores. O *Decreto nº 19.770, de 19 de março de 1931*, regulamentou os direitos e deveres das classes trabalhadoras e patronais, estabelecendo regras para a formação de sindicatos. Posteriormente, esse decreto foi substituído pelo *Decreto nº 24.694, de 12 de julho de 1934*, que consolidou os sindicatos como órgãos de defesa profissional, coordenação de direitos e deveres, e colaboração com o Estado. Essas medidas evidenciam a intenção de Vargas de controlar e intervir na organização dos trabalhadores, garantindo um equilíbrio entre as classes e prevenindo conflitos.

A “Revolução de 1930” chegou ao Maranhão, como em outros estados, dissolvendo estruturas políticas tradicionais e impondo uma nova ordem administrativa. O *Decreto Especial de 9 de outubro de 1930* criou o Governo Provisório do Maranhão e extinguiu os poderes Legislativo e Judiciário no Estado: "Art. 3º – Fica dissolvido o Poder Legislativo e extinto o Poder Judiciário do Estado" (Maranhão, 1930, p. 01).

Em outubro de 1930, a Junta Governativa do Maranhão, por meio do *Decreto nº 2, de 9 de outubro de 1930*, extinguiu a Secretaria Geral do Estado e criou a Secretaria Geral do Governo Provisório. Pouco tempo depois, o *Decreto nº 1, de 15 de novembro de 1930* manteve os atos da Junta até que "os interesses públicos aconselhassem sua modificação ou revogação", garantindo a continuidade das decisões políticas.

O governo Vargas também buscou consolidar seu poder através do cooptação de elites regionais, apaziguando grupos oligárquicos locais para garantir a centralização do poder. Adriano Codato (2015, p. 305) descreve essa estratégia da seguinte forma:

Essa ação, que ocorreu basicamente entre 1930 e 1945, exigiu hierarquizar, uniformizar e integrar os diversos grupos rivais das classes dirigentes, garantindo ao sistema político nacional três coisas: um grau razoável de coesão inter-regional (unidade), apoio contínuo ao presidente nacional (legitimidade) e equilíbrio institucional (governabilidade).

As medidas centralizadoras do governo provisório logo se intensificaram. Em novembro de 1930, Vargas dissolveu o Congresso Nacional, além dos legislativos estaduais e municipais. No Maranhão, o *Decreto nº 1, de 9 de outubro de 1930* dissolveu todas as Câmaras Municipais, consolidando ainda mais o controle do governo federal sobre o Estado.

Com a substituição dos governadores por interventores federais, a administração estadual passou a ser diretamente subordinada ao poder central. O *Código dos Interventores*, de agosto de 1931, determinou que os estados não poderiam contrair empréstimos externos sem autorização federal, limitou os gastos com as forças policiais e restringiu a autonomia administrativa (Fausto, 2006, p. 333).

No Maranhão, Paulo Ramos, natural de Caxias, assumiu o governo em 1936 e tornou-se interventor federal em 1937, permanecendo no cargo até 1945. Seu governo buscou alinhar o estado às diretrizes do Estado Novo, promovendo infraestrutura, intervenções urbanas e estímulos à economia local, com o objetivo de reduzir o isolamento do Maranhão e fortalecer sua integração ao projeto nacional de desenvolvimento.

Entretanto, a centralização do poder gerou tensões com as elites locais, que resistiam à perda de autonomia. Apesar de algumas melhorias na infraestrutura, problemas estruturais como a precariedade dos serviços de saúde e educação persistiram. Esse período reflete as contradições do projeto varguista no Maranhão, que buscava modernização econômica enquanto mantinha um forte controle político.

No que diz respeito aos trabalhadores, as políticas adotadas por Paulo Ramos seguiram as diretrizes nacionais. O *Decreto nº 63, de 20 de janeiro de 1937* tratava da aposentadoria dos funcionários públicos estaduais, priorizando trabalhadores mais qualificados e excluindo grande parte da classe trabalhadora de benefícios sociais. Isso demonstra que as políticas trabalhistas, embora apresentadas como medidas de proteção, atendiam de forma desigual diferentes segmentos da força de trabalho, favorecendo setores específicos, enquanto mantinham a maioria dos trabalhadores em condições precárias.

Dessa forma, o período Vargas no Maranhão foi marcado por um processo contraditório: ao mesmo tempo que buscava modernizar a economia e integrar o estado ao desenvolvimento nacional, reforçava um modelo de controle estatal sobre os trabalhadores e limitava a autonomia das elites políticas locais. Esse contexto contribuiu para a consolidação de um regime autoritário, que permaneceu vigente até 1945.

2. O TRABALHISMO NO ENSINO DE HISTÓRIA

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece diretrizes para a organização dos currículos escolares no Brasil, garantindo que determinados temas fundamentais sejam abordados no ensino básico. Entre esses temas, a história do trabalho e das lutas trabalhistas ocupa um espaço relevante, especialmente no ensino de História. O trabalhismo, entendido como um conjunto de ideias, políticas e práticas voltadas para a proteção e regulamentação do trabalho, teve papel central na construção das legislações trabalhistas e na organização da classe trabalhadora ao longo do século XX.

No entanto, a forma como esse tema é apresentado na BNCC, e efetivamente trabalhado nas escolas, pode revelar tanto avanços quanto desafios. Se, por um lado, a BNCC reconhece a importância das relações de trabalho na construção da sociedade brasileira, por outro, a abordagem pode ser limitada por fatores como a carga horária reduzida, a falta de formação específica para professores e as influências políticas sobre o currículo. Diante disso, este capítulo analisa como o trabalhismo é inserido no ensino de História a partir da BNCC, investigando de que maneira os conteúdos propostos contribuem para a compreensão da formação das leis trabalhistas e das transformações nas relações de trabalho no Brasil. Além disso, busca-se refletir sobre as potencialidades e limites dessa abordagem no contexto educacional maranhense, considerando as realidades locais e as práticas pedagógicas adotadas pelos docentes.

2.1 Ensino de História e Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

Nesse primeiro tópico apresento discussões sobre a temática da Base Nacional Comum Curricular e o ensino de História, auxiliado por artigos e textos que abordam o tema em questão. A Base Nacional Comum Curricular, também conhecida como BNCC, foi constituída em 20 de dezembro de 2017, pela resolução CNE/CP Nº 02. Antes disso, é preciso entender que a BNCC já tinha sido proposta pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a LDB, de 1996.

Analizar como o ensino de história está atualmente inserido nesse novo contexto da educação brasileira, por meio da BNCC, é primordial para analisarmos a atual conjuntura da educação e como o currículo de história está sendo composto e sucateado em meio a interesses neoliberais políticos e sociais.

Como mencionado anteriormente, a origem da BNCC está vinculada a demandas sociais e políticas anteriores. Na Constituição federal de 1988, em seu artigo 205 está redigido:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

Esse princípio mostra a preocupação dos agentes públicos em estabelecer igualdade e acesso à educação a todos. Entretanto, vamos observar a ideia centralizada e ratificada em uma base comum curricular na Lei nº 9. 394, de 20 de dezembro de 1996, no que foi configurado como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB. O Artigo 26 da LDB sofreu alteração de redação pela Lei nº 12. 796, de 4 de abril de 2013, em que temos o seguinte texto:

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (Brasil, 2013).

No entanto, a formação de uma base comum curricular vem sendo defendida como forma de implementar medidas neoliberais econômicas na educação brasileira, baseada em modelos de outros países. Experiências essas não muito bem-sucedidas.

Do ponto de vista do campo do Currículo, a BNCC aprovada pelo CNE em dezembro de 2017 é um documento fadado ao fracasso, tanto em virtude de sua afiliação teórica antiquada quanto em razão de resultados conhecidos de experiências internacionais, muitas já em processo de revogação, depois de evidenciada a impossibilidade de se produzir melhoria de qualidade da escola, do ensino e das aprendizagens por meio desse tipo de medida (Oliveira, 2018, p. 55-56).

A Base Nacional Comum Curricular é uma implementação equivocada de um currículo comum que não leva em consideração as desigualdades sociais, econômicas e territoriais do nosso país. A BNCC apresenta uma estrutura baseada em noções pedagógicas conteudistas e avaliações nacionais estritamente baseadas em resultados quantitativos, desconsiderando a qualidade do aprendizado dos alunos (Dourado, Oliveira, 2018, p. 41).

Segundo Oliveira (2018, p. 56), a BNCC adota uma perspectiva antiquada e excessivamente disciplinar, ao assumir de forma equivocada que a padronização do currículo

pode, por si só, garantir melhorias na aprendizagem dos estudantes em todo o país. Essa proposta ignora as desigualdades existentes e impõe um modelo uniforme, sustentado por avaliações em larga escala e materiais didáticos padronizados. Além disso, utiliza mecanismos de recompensas e penalizações para exercer controle sobre professores, gestores e alunos, desconsiderando as diferentes realidades educacionais vividas no Brasil.

Na realidade do estado do Maranhão, não existe sequer uma estrutura adequada para aplicar as aulas e os itinerários formativos. De fato, nesse currículo comum não há nada de democrático e foge da realidade enfrentada pelos professores e estudantes maranhenses, e até mesmo em outros estados.

Nosso enfoque agora será em analisar o currículo de história da BNCC e como os professores e professoras de história podem trabalhar em sala de aula seus conteúdos em habilidades e competências. Por que trazer essa discussão para nosso trabalho? O trabalhismo, as relações trabalhistas e suas legislações são conteúdos fortemente elencados no processo de escolhas temáticas para compor esse currículo. Nesse contexto, é válido interrogarmos por que esse conteúdo foi escolhido na BNCC, porque ele deve ser discutido com maior aprofundamento e por que devemos problematizar como as escolhas desses conteúdos atingem os alunos nas atuais circunstâncias de ensino de história do ensino fundamental ao ensino médio.

Como descreve Circe Bittencourt (2008),

as propostas curriculares inserem-se em um momento importante da história do ensino de História, cabe analisar com rigor metodológico os novos rumos projetados pelos currículos para se poder se discernir o que efetivamente está em processo de mudanças e como atualmente ocorre ‘a seleção cultural’ do conhecimento considerado essencial para os alunos (Bittencourt, 2008, p. 99).

Concordamos com a historiadora Circe Bittencourt, pesquisadora de ensino de história, sobre como é de fundamental importância analisar os currículos de história atualmente. Essa orientação nos ajuda a refletir sobre como a BNCC retratou as escolhas desses conteúdos ao longo da sua criação.

O currículo de história na BNCC ao longo da sua construção gerou diversos debates e discussões nos meios acadêmicos e escolares sobre o objeto e normas que os professores de história e de outras disciplinas deveriam seguir (Lucena, 2022). As três versões apresentadas durante a construção do currículo de história na BNCC geraram tensões nos profissionais da

área sobre as escolhas dos temas e conteúdos escolhidos para compor o currículo de história para todo país (Pereira, Rodrigues, 2018).

Para entendermos o processo de implementação do currículo de história na BNCC, vamos conhecer seus desdobramentos no decorrer dos debates político. Essas versões ganharam bastante debates sobre suas concepções e objetivos para educação de modo geral (Pereira, Rodrigues, 2018).

A primeira versão da BNCC representou uma mudança significativa na abordagem do ensino de História, ao propor um rompimento com o tradicional Eurocentrismo e valorizar a diversidade histórica. No entanto, esse direcionamento foi modificado com a reformulação da equipe responsável pelo documento, o que gerou preocupações sobre a perda de diversidade na construção curricular (Ralejo et al, 2021).

Essa versão inicial buscava promover uma reformulação tanto na formação docente quanto nos materiais didáticos, incluindo a incorporação de elementos audiovisuais. Entretanto, a normatização dos livros didáticos e sua vinculação a um mercado lucrativo levantam questionamentos sobre o real impacto dessas mudanças. A BNCC, como destaca Hypolito (2019), reflete uma agenda global estruturada localmente por grupos hegemônicos, o que influencia diretamente a formação dos professores e a construção dos conteúdos escolares.

A proposta curricular dessa primeira versão destacava a valorização da história indígena e africana, promovendo uma reorganização dos conteúdos de História no ensino fundamental e médio (Brasil, 2015). Essa abordagem não excluía a história mundial, mas redefinia prioridades para aproximar os estudantes de sua realidade histórica e social (Cerri, Costa, 2021).

Apesar dessa tentativa inicial de afastar-se de um modelo conteudista e eurocêntrico, a primeira versão da BNCC gerou intensos debates, resultando em disputas narrativas que se tornaram mais evidentes nas versões subsequentes. Assim, o documento que poderia ter promovido uma abordagem mais crítica e inclusiva acabou sendo modificado, reforçando a necessidade de discutir a influência de interesses políticos na definição dos currículos escolares (Pereira, Rodrigues, 2018).

As versões posteriores da BNCC trouxeram mudanças significativas em relação à sua primeira versão. Enquanto o documento inicial buscava uma maior problematização da história indígena e afro-brasileira, rompendo com a perspectiva eurocêntrica do currículo, as versões seguintes promoveram um esvaziamento da análise crítica sobre o colonialismo. Como destacam Pereira e Rodrigues (2018, p. 09), a segunda versão representou um retrocesso na abordagem do ensino de História.

Desde sua primeira formulação, em 2015, a BNCC gerou intensos debates no meio acadêmico, que se intensificaram até sua implementação final em 2017. A revisão curricular ocorreu em um contexto político conturbado, marcado pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff, pelo avanço do neoliberalismo na educação e pela ascensão de movimentos que defendiam uma "Escola sem partido" (Caimi, 2016). Esse cenário influenciou diretamente a estrutura final do documento, enfraquecendo o caráter crítico da disciplina de História.

A História, como campo do conhecimento, sempre esteve no centro de disputas curriculares, pois envolve a construção da memória coletiva e diferentes interpretações sobre o passado e o presente. Como argumenta Caimi (2016, p. 87), "a História escolar é um espaço de contradições e de disputas ideológicas". Assim, as alterações na BNCC refletem um movimento mais amplo de tentativa de controle sobre a narrativa histórica, limitando uma educação crítica voltada para a classe trabalhadora. Essa disputa pelo currículo não é um fenômeno recente, mas acompanha a trajetória da educação brasileira desde seus primeiros momentos (Bittencourt, 1993).

Voltamos agora para a discussão sobre as versões finais do documento normativo da BNCC. Atraso, retrocesso, superficialidade dos conteúdos, esses foram algumas das características e dos conceitos debatidos por pesquisadores de diversas áreas que analisaram a BNCC em seus trabalhos e que compartilham suas indagações sobre a Base Comum Curricular brasileira.

A partir desse ponto o documento normativo mostra-se esvaziado em relação à memória histórica dos objetos a serem estudados e não reflete a devida importância aos ambientes de preservação de memória como museus, arquivos, entre outros (Silva, 2018). Além de caracterizar-se como um documento de um governo golpista, a BNCC manifesta pouca preocupação com temas da história africana, asiática e muito menos com outros da Oceania (Silva, 2018).

Na versão de 2017 existe a inserção de "habilidades e competências" para todas as disciplinas, inclusive para a disciplina de história. Nesse aspecto podemos observar a falta de aprofundamento nas problemáticas históricas devido evitar a análise dos conflitos e lutas sociais que possibilitem ao aluno entender melhor o mundo de forma crítica (Pereira, Rodrigues, 2018).

Podemos concluir que a criação de uma base comum curricular em nosso país descreve como os agentes públicos estão distantes de uma educação democrática e igualitária. O mercado impõe medidas que justificam mudanças e permanências na qualidade do ensino básico brasileiro.

É importante reconhecer que vivemos um momento de retrocesso nas conquistas ligadas ao direito à educação e às políticas públicas que o sustentam. No entanto, essas conquistas fazem parte de uma trajetória histórica marcada pela mobilização e luta de profissionais da educação, estudantes e setores significativos da sociedade civil. A gestão democrática, nesse contexto, não é uma dádiva dos governos, mas sim fruto da resistência coletiva. Por isso, é fundamental que esses grupos sociais continuem mobilizados, conscientes de que defender a gestão democrática é uma forma essencial de resistência diante dos desafios atuais (Mendonça, 2018).

2.2 Legislações Educacionais no Brasil, Neoliberalismo e Trabalho

Este tópico analisa a inserção das relações trabalhistas e das lutas sociais no currículo escolar, especialmente na BNCC e na LDB, dentro do contexto neoliberal no Brasil. Essa abordagem é importante para compreender como essas legislações refletem a visão do Estado sobre o mundo do trabalho e o trabalhador. Desde os anos 1990, o neoliberalismo tem impactado diretamente a educação brasileira, impondo mudanças que afetam a formação da classe trabalhadora e reconfiguram as políticas educacionais.

O neoliberalismo, ideologia político econômica consolidada na década de 1970, defende a redução da intervenção estatal e a valorização do mercado como regulador social (Resende, 2020). No Brasil, essa lógica se intensificou nos anos 1990, com a adaptação do país ao capitalismo global e a implementação de reformas educacionais alinhadas a interesses empresariais (Giareta, Lima, Pereira, 2022). Segundo Frigotto (2001), essa política resultou na precarização do trabalho, no aumento do desemprego e na flexibilização dos direitos trabalhistas, sob o argumento de modernização econômica.

O impacto do neoliberalismo na educação brasileira pode ser observado na introdução de conceitos como empregabilidade, pedagogia das competências e ensino técnico vinculado ao mercado. A LDB de 1996 (Lei 9.394) refletiu essa influência ao estruturar os currículos com foco no desenvolvimento de competências voltadas ao mercado de trabalho, minimizando a formação crítica dos estudantes (Borges, 2020). Além disso, a mercantilização da educação transformou o ensino em um produto de consumo, beneficiando principalmente o setor privado.

A adoção desse modelo educacional aprofundou desigualdades sociais, uma vez que a educação pública perdeu investimentos e passou por um processo de sucateamento. Muitos trabalhadores e estudantes foram direcionados para cursos técnicos de curta duração, atendendo

às exigências do mercado sem uma formação crítica que lhes permitisse compreender suas condições sociais e econômicas.

A LDB foi aprovada em um contexto de implementação de políticas neoliberais no Brasil, especialmente durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). A lei introduziu o conceito de competências como base curricular, enfatizando a formação de um trabalhador flexível e adaptável às necessidades do mercado, em detrimento de uma educação crítica e emancipadora (Resende, 2020). Como observa Frigotto (2001), a educação profissional passou a ser tratada como um mecanismo de adestramento da força de trabalho, restringindo a autonomia dos trabalhadores frente ao capital.

O modelo educacional defendido pela LDB consolidou um sistema que fragmenta o ensino e reduz sua capacidade de promover reflexões críticas sobre as relações de trabalho e as desigualdades sociais. Dessa forma, a educação passou a ser vista como um meio de adaptação ao mercado, e não como um direito fundamental que possibilita a emancipação dos indivíduos. A BNCC, aprovada em 2017, reforçou a lógica da formação baseada em competências e habilidades, excluindo dos currículos escolares debates essenciais sobre desigualdades sociais e lutas trabalhistas (Pereira; Rodrigues, 2018). Além disso, padronizou conteúdos, reduzindo a autonomia docente e limitando o espaço para reflexões sobre a história do trabalho.

No ensino fundamental, o trabalhismo aparece no contexto da Era Vargas, enquanto no ensino médio o tema é abordado de maneira superficial, sem aprofundamento sobre as lutas sindicais e as políticas de proteção ao trabalhador (Borges, 2020). Dessa forma, o ensino de História foi enfraquecido, reduzindo o potencial crítico dos estudantes em relação ao papel do Estado e das empresas na exploração da força de trabalho.

A omissão de discussões sobre as contradições do capitalismo e os conflitos entre trabalhadores e patrões evidencia como a BNCC foi moldada para atender a interesses políticos e econômicos específicos. Assim, a narrativa oficial predominante nos livros didáticos e nas orientações curriculares prioriza uma visão limitada da história do trabalho no Brasil, minimizando o protagonismo dos trabalhadores na conquista de direitos.

A reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017) consolidou a agenda neoliberal na educação ao flexibilizar o currículo e introduzir itinerários formativos alinhados às demandas do mercado. Esse modelo reduziu a carga horária de disciplinas como História, comprometendo a abordagem crítica sobre temas como trabalhismo e direitos sociais (Giareta, Lima, Pereira, 2022). Além disso, a reforma favoreceu o ensino técnico e profissionalizante em detrimento da formação geral, dificultando o acesso dos estudantes ao ensino superior.

A intensificação da privatização da educação permitiu que o setor privado aumentasse sua participação na oferta de cursos técnicos e profissionalizantes, deslocando a responsabilidade do Estado para o mercado. Como aponta Resende (2020), essa política transfere para o indivíduo a responsabilidade por sua formação, reforçando a lógica da meritocracia e desconsiderando as desigualdades estruturais da sociedade brasileira.

O Novo Ensino Médio proposto em 2017 aprofunda a desigualdade educacional ao segmentar os estudantes em diferentes trajetórias de ensino, muitas vezes condicionadas por sua classe social e condição econômica. Jovens de escolas públicas são direcionados para itinerários que limitam suas possibilidades de formação, enquanto os estudantes de instituições privadas têm acesso a um currículo mais completo e voltado para o ingresso no ensino superior.

O avanço do neoliberalismo na educação brasileira reconfigurou a estrutura curricular e as políticas educacionais, afetando diretamente a formação da classe trabalhadora. A LDB e a BNCC demonstram como as diretrizes educacionais foram adaptadas para atender às demandas do mercado, reduzindo a ênfase na formação crítica e cidadã. A reforma do ensino médio aprofundou essa tendência, consolidando um modelo educacional voltado para a empregabilidade e para a lógica produtivista.

Diante desse cenário, é fundamental problematizar a relação entre neoliberalismo e educação, evidenciando os impactos dessas políticas na formação dos trabalhadores e na construção do conhecimento histórico. A análise crítica dessas transformações permite compreender os desafios enfrentados pelo ensino de História e abre caminhos para resistências e novas possibilidades de ensino voltadas à emancipação social. A educação, enquanto direito fundamental, não deve se submeter unicamente às exigências do mercado, mas sim garantir uma formação que permita aos estudantes compreender sua realidade e atuar na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

2.3 Diretrizes Educacionais do Território Maranhense

Aqui, abordamos as legislações educacionais do Maranhão voltadas para o ensino básico, analisando o processo de adaptação dessas leis no contexto do Estado neoliberal no território maranhense. É importante examinarmos os aspectos formais das diretrizes curriculares para o ensino fundamental e médio no estado. O Documento Curricular do Território Maranhense para a educação infantil e o ensino fundamental teve sua primeira edição publicada em 2019.

Examinamos o processo de elaboração do Documento Curricular do Território Maranhense, que aborda as diretrizes para o ensino básico no estado. Este documento foi desenvolvido com a participação ativa de diversas entidades, incluindo a Secretaria da Educação do estado do Maranhão (SEDUC-MA), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação do Maranhão (UNDIME-MA), a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação do Maranhão (UNCME-MA) e o Conselho Estadual de Educação do Maranhão (CEE-MA). A elaboração do documento envolveu consultas públicas presenciais e uma plataforma *on-line*, permitindo que profissionais da educação e membros da sociedade civil contribuíssem significativamente (Maranhão, 2019).

O Documento Curricular do Território maranhense para a Educação Infantil e o Ensino fundamental (2019, p. 05), descreve que a elaboração do Documento Curricular demonstrou um esforço para dialogar com as diversas regiões do Maranhão, considerando a contextualização das aprendizagens em relação às características geográficas, demográficas, econômicas e socioculturais do estado. O objetivo era incorporar temas integradores que se conectassem com a vida local, regional e global, conforme definidos pela BNCC. Essa abordagem visava respeitar e valorizar a autonomia pedagógica e a diversidade das localidades, garantindo que o documento servisse como um guia para as práticas pedagógicas sem impor uma uniformidade excessiva.

Contudo, a inserção deste documento no contexto da implementação da BNCC (prevista para 2027) levanta importantes debates. A BNCC tem sido um marco para a reestruturação curricular em todo o Brasil e sua aplicação no Maranhão deve ser vista à luz das implicações neoliberais que influenciam as políticas educacionais. Em um cenário no qual a lógica neoliberal promove a eficiência e a padronização, questiona-se até que ponto os documentos curriculares regionais, como o do Maranhão, conseguirão manter a autonomia pedagógica e a adequação local sem sacrificar a integração com as diretrizes nacionais.

Este quadro sugere um dilema: como equilibrar a adaptação às diretrizes nacionais, representadas pela BNCC, com a necessidade de refletir as especificidades regionais e locais? A discussão sobre a implementação do Documento Curricular do Território Maranhense deve considerar não apenas as contribuições locais e regionais, mas também como elas se ajustam à lógica centralizadora e uniformizadora da BNCC e das políticas neoliberais que orientam a educação no Brasil.

Podemos observar nesse trecho abaixo a percepção sobre o desenvolvimento integral.

Vista como um processo voltado para o desenvolvimento integral, a educação busca potencializar as capacidades humanas e, como resultado, promover transformações sociais. Ela deve ser a base e a guia para a conquista da autonomia, contribuindo para o avanço econômico, político e social no estado do Maranhão (Maranhão, 2019, p. 09).

Para compreender os currículos educacionais atuais do território maranhense é fundamental considerar o contexto histórico da educação no Maranhão. Devemos examinar seu processo de institucionalização durante o período Republicano e, mais recentemente, a implementação do Novo Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

O período republicano no Brasil trouxe transformações significativas nos âmbitos social, econômico, cultural e educacional, diferenciando-se do período imperial. Essas mudanças ocorreram de maneira gradual, refletindo a transição do país para novas realidades. Entre os temas que geraram discussão e destaque estavam a educação e a instrução, abordados tanto do ponto de vista filosófico quanto legal. Para uma análise mais profunda das mudanças educacionais, é crucial considerar o contexto social, os atores envolvidos e os valores em jogo (Sales, 2009).

Durante essa transição, o Brasil se dividiu entre dois contextos econômicos e sociais: um voltado para a agroexportação, centrado na produção de café e em grande parte dependente de mão de obra estrangeira, e outro em processo de urbanização e industrialização, com o crescimento de cidades e setores industriais. Essas transformações trouxeram novas características para o sistema educacional, diferenciando-o do modelo imperial e refletindo as mudanças sociais e institucionais (Sales, 2009).

O governo republicano adotou uma abordagem descentralizada em relação à educação, atribuindo aos governos estaduais a responsabilidade principal pela gestão educacional, em vez de centralizar essa função no governo federal. Essa descentralização marcou uma mudança significativa na administração das políticas educacionais (Sales, 2009).

Durante a segunda metade do século XX o Maranhão enfrentou intensas disputas políticas entre José Sarney e Vitorino Freire. A análise dessas disputas oferece uma perspectiva sobre como a educação no estado foi moldada e articulada nesse período.

Alves (2022, p. 123) descreve que, as disputas políticas ocorridas no Maranhão ao longo do século XX tiveram implicações para a educação estadual. Destacamos a luta pelo controle político do Estado, liderada por Vitorino Freire e José Sarney, que comandaram diretamente a política por um total de 68 anos — Vitorino por 20 anos (1946-1965) e Sarney por 48 anos (1966-2014).

Para compreender esses líderes, recorremos às categorias propostas por Florestan Fernandes (1987), que os define como "coronel" e "homem de negócios". Essas classificações contribuem para identificar os principais atores que influenciam a política no Maranhão. A partir de sua análise sobre a "Revolução Burguesa no Brasil", Fernandes oferece elementos para entender de que forma esses líderes, em articulação com as elites políticas e econômicas, buscaram transformar seus interesses individuais em projetos direcionados à sociedade maranhense como um todo (Alves, 2022).

2.3.1 Trabalho nas Legislações Educacionais Maranhenses Atualmente

Esse tópico trata da abordagem do mundo do trabalho no contexto das legislações educacionais do Maranhão atualmente, principalmente na circunstância do neoliberalismo e na BNCC.

Desse modo, como já foi explicitado, o neoliberalismo está diretamente influenciando as legislações educacionais no contexto mundial, nacional e local. No caso do Brasil, situado na zona periférica do capitalismo, a influência do neoliberalismo é imensa a partir dos anos de 1990. As legislações educacionais serão mais uma vez influenciadas no Brasil pelo neoliberalismo com a discussão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A principal justificativa que se pode ter para tal influência do capitalismo na educação é que a educação e a sala de aula são de fato um local de disputas das classes antagônicas. Por essa razão, moldar uma classe trabalhadora sujeita às mudanças no capitalismo sem participação de lutas é de relevância para classe burguesa com o propósito de manter-se dominante na atualidade.

Voltando para a discussão sobre o contexto do Maranhão, no atual modelo educacional temos a implementação do Novo Ensino Médio já citado aqui, BNCC e da Educação Técnica. Pretendo mais uma vez mostrar como as interferências neoliberais na educação provocam mudanças na classe trabalhadora nas suas relações com o capital e na modernização da produção.

No Documento Curricular do Território Maranhense para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental (2019) temos a discussão sobre o mundo do trabalho, para inserir o aluno no mercado de trabalho, como podemos observar:

Posto isto, é fundamental que o processo formativo tenha no currículo um documento norteador do ensino-aprendizagem, com a intencionalidade de que o conteúdo seja trabalhado no sentido de formar o cidadão com habilidades e

competências que lhe possibilitem o prosseguimento nos estudos, o exercício pleno da cidadania e a inserção no mundo do trabalho (Maranhão, 2019, p. 19).

As competências no contexto desse documento têm por finalidade apresentar o estudante mecanismo de superficialidade de sua situação dentro do mundo capitalista. No Quadro 4 – Competências gerais da BNCC a desenvolver, podemos observar isso.

Imagen 2: Competências Gerais da BNCC

Competências	O quê	Para	Resultado
Trabalho e projeto de vida	Valorizar e apropriar-se de conhecimentos e experiências.	Entender o mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas à cidadania e ao seu projeto de vida com liberdade, autonomia, criticidade e responsabilidade.	Compreensão sobre o valor do esforço e capacidades, como determinação e autoavaliação.

Fonte: Quadro retirado do Documento Curricular do Território Maranhense para a Educação Infantil e Ensino Fundamental (2019, p.16).

De conteúdo superficial e fora da realidade de muitos alunos do Maranhão, instaura-se a pergunta: como milhares de alunos poderão fazer escolhas para o futuro sem um presente digno e com possibilidades mínimas de acesso social?

É preciso considerar os processos históricos relacionados ao mundo do trabalho, ao desenvolvimento da ciência e à expansão das tecnologias em espaço e ritmo globais, mas também as especificações locais e as expressões e desdobramentos desses processos no Maranhão. Nesse sentido, a escola tem o importante papel de articular essas dimensões no cotidiano dos estudantes, promovendo atividades que possam dar conta da compreensão de como esses processos estão presentes no dia a dia (Maranhão, 2019).

Na Educação de Jovens e Adultos, EJA, podemos perceber uma preocupação com os trabalhadores que não terminaram o ensino fundamental na idade mínima.

A função equalizadora da EJA vai dar cobertura a trabalhadores e a tantos outros segmentos sociais como donas de casa, migrantes, aposentados e encarcerados. A reentrada no sistema educacional dos que tiveram uma interrupção forçada, seja pela repetência ou pela evasão, seja pelas desiguais oportunidades de permanência ou outras condições adversas, deve ser saudada como uma reparação corretiva, ainda que tardia, de estruturas arcaicas, possibilitando aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e na abertura dos canais de participação (Maranhão, 2019, p. 39).

Outro ponto interessante que podemos analisar nesse documento é a construção curricular que envolve diretamente o mundo do trabalho tanto na disciplina de história como na disciplina de Geografia. Observemos as tabelas abaixo.

Quadro 1 - Organizador Curricular 1º ano

Unidades temáticas	Objetos do conhecimento	Habilidades		Atividades sugeridas
Mundo do trabalho	Diferentes tipos de trabalho existentes no seu dia a dia.	(EF01GE06) Descrever e comparar diferentes tipos de moradia ou objetos de uso cotidiano (brinquedos, roupas, mobiliários), considerando técnicas e materiais utilizados em sua produção.	(EF01GE07) Descrever atividades de trabalho relacionadas ao dia a dia da sua comunidade.	Brincando de casinha. Comparar desenhos e fotografia de diferenças entre casas do meio urbano e rural. Observar nas diversas moradias como casas, apartamentos, ocas, palafitas, quais materiais foram utilizados na construção das diferentes moradias? Madeira? Tijolos? Cimento? Barro? Palha? Bambu? De que são feitos os diferentes objetos? Plástico? Alumínio? Madeira? Como são produzidos? Feira de exposição de produtos Exposição de diversos materiais de uso cotidiano (madeira, plástico, metal, palha, fibras naturais etc.) de modo que o aluno perceba as diferenças entre esses materiais de que são feitos os objetos de uso cotidiano, e as alterações ocorridas com o desenvolvimento das técnicas, como aparelhos eletrônicos, eletrodomésticos etc. Essa descrição e comparação pode ser realizada a partir de

				fotos das moradias e de objetos.
--	--	--	--	----------------------------------

Fonte: Documento Curricular do Território Maranhense para a Educação Infantil e Ensino Fundamental (2019, p.413).

Quadro 2 – Organizador Curricular 2º ano

Unidades temáticas	Objetos do conhecimento	Habilidades	Atividades sugeridas	
Mundo do trabalho	Tipos de trabalho em lugares e tempos diferentes.	(EF02GE06) Relacionar o dia e a noite a diferentes tipos de atividades sociais (horário escolar, comercial, sono etc.).	(EF02GE07) Descrever as atividades extrativas (minerais, agropecuárias e industriais) de diferentes lugares, identificando os impactos ambientais.	Profissões e horários. Apresentar os mais variados tipos de profissões e como se realiza em relação a horário, local e sua relação com o dia e a noite. Feira de comidas típicas. Apresentar a origem de alguns produtos do cotidiano do aluno que são relativos às atividades extrativas da natureza, como os alimentos (arroz, feijão, trigo, frutas e vegetais). Explicitar os impactos ambientais no lugar da produção e extração na natureza. Construindo em quadrinhos Construir coletivamente histórias em quadrinhos com diálogos sobre como diferentes sociedades interagem com a natureza na construção de seu espaço, identificando as singularidades do lugar

				em que vivem, bem como semelhanças e diferenças com relação a outros lugares.
--	--	--	--	---

Fonte: Documento Curricular do Território Maranhense para a Educação Infantil e Ensino Fundamental (2019, p. 415).

Quadro 3 – Organizador Curricular 4º ano

Unidades temáticas	Objetos do conhecimento	Habilidades		Atividades sugeridas
Mundo do trabalho	Trabalho no campo e na cidade. Produção, circulação e consumo.	(EF04GE07) Comparar as características do trabalho no campo e na cidade.	(EF04GE08) Descrever e discutir o processo de produção (transformação de matérias-primas), circulação e consumo de diferentes produtos.	Elaboração de jornais Elaborar notícias sobre diferentes tipos de trabalho no campo e na cidade, contemplando as especificidades que o campo tecnológico imprime na atualidade, de maneira que possa analisar a interdependência entre o rural e o urbano, considerando fluxos econômicos, de produção, circulação da produção, dinâmica de informações, de ideias e de pessoas. Discutir, a partir da escala local e regional, o processo de produção (transformação de matérias-primas), circulação e consumo de diferentes produtos. Cinema na escola Assistir a filmes (curtas, documentários, animações etc.) que destaquem as diversas características das atividades ligadas ao campo e à cidade. Producir um texto sobre a temática do filme e apresentar à turma.

Fonte: Documento Curricular do Território Maranhense para a Educação Infantil e Ensino Fundamental (2019, p. 418).

A temática do mundo do trabalho está presente na organização curricular da disciplina de Geografia, sendo abordada desde os anos iniciais do ensino fundamental. Isso possibilita que o professor trabalhe o conteúdo sugerido, permitindo aos alunos uma compreensão das dinâmicas do trabalho ao longo do tempo. No quinto ano do ensino fundamental, o componente curricular de Geografia prevê que os alunos estudem "Trabalho e Inovação Tecnológica", abordando habilidades como "(EF05GE05) Identificar e comparar as mudanças nos tipos de trabalho e no desenvolvimento tecnológico na agropecuária, na indústria, no comércio e nos serviços; (EF05GE06) Identificar e comparar transformações nos meios de transporte e comunicação" (Maranhão, 2019, p. 421).

A partir do sexto ano, a temática do mundo do trabalho ganha maior complexidade, analisando as contradições do capitalismo em diferentes períodos e regiões. No nono ano, as habilidades previstas incluem:

(EF09GE10) Analisar os impactos do processo de industrialização na produção e circulação de produtos e culturas na Europa, Ásia e Oceania;
(EF09GE11) Relacionar as mudanças técnicas e científicas decorrentes do processo de industrialização com as transformações no trabalho em diferentes regiões do mundo e suas consequências no Brasil (Maranhão, 2019, p. 432).

Embora esses conteúdos sejam sugeridos, muitos desafios dificultam sua aplicação efetiva nas escolas maranhenses. Entre os principais fatores estão a falta de professores qualificados, a limitação da carga horária e dificuldades estruturais. Isso compromete o desenvolvimento do pensamento crítico dos estudantes em relação ao mundo do trabalho e suas transformações ao longo da história.

No Documento Curricular do Território Maranhense a disciplina de História é introduzida nos anos iniciais do ensino fundamental, mas a temática do trabalho e do trabalhismo só aparece a partir do sexto ano, sendo retomada no nono ano, como podemos observar abaixo:

Quadro 4 – Organizador Curricular 2º ano

Unidades temáticas	Objetos do conhecimento	Habilidades		Atividades sugeridas
O trabalho e a sustentabilidade na comunidade	A sobrevivência e a relação com a natureza.	(EF02HI10) Identificar diferentes formas de trabalho existentes na comunidade em que vive, seus significados, suas especificidades e importância, conhecendo o amparo legal dos direitos da criança no que diz respeito ao trabalho e lazer.	(EF02HI11) Identificar impactos no ambiente causados pelas diferentes formas de trabalho existentes na comunidade em que vive.	<p>Tabela informativa</p> <p>Solicitar que os estudantes preencham os espaços em branco e em seguida compartilhem suas contribuições com a turma.</p> <p>Informações que sabem sobre tipos de trabalho que existem na sua comunidade pesquisando se as mesmas causam impacto no meio ambiente.</p> <p>Listar as descobertas que fizeram e o que mais chamou atenção durante pesquisa. O que mais desejam aprender sobre a história desses trabalhadores.</p>

Fonte: Documento Curricular do Território Maranhense para a Educação Infantil e Ensino Fundamental (2019, p. 445).

Quadro 5 – Organizador Curricular 6ºano

Unidades temáticas	Objetos do conhecimento	Habilidades		Atividades sugeridas
Trabalho e formas de organização social e cultural	<p>Senhores e servos no mundo antigo e no medieval. Escravidão e trabalho livre em diferentes temporalidades e espaços (Roma Antiga, Europa medieval e África).</p> <p>Lógicas comerciais na Antiguidade romana e no mundo medieval.</p>	(EF06HI16) Caracterizar e comparar as dinâmicas de abastecimento e as formas de organização do trabalho e da vida social em diferentes sociedades e períodos, com destaque para as relações entre senhores e servos.	(EF06HI17) Diferenciar escravidão, servidão e trabalho livre no mundo antigo.	<p>Pesquisa Os estudantes devem ser divididos em grupos e cada grupo deve perguntar a familiares e conhecidos quais são as relações de trabalho em que se enquadram: assalariamento, trabalho informal irregular, parceria agrícola, trabalho autônomo, trabalho por empreitada/diária, etc. Cada grupo produzirá uma lista, para que a turma perceba quais são as formas mais comuns, que devem ser contrastadas com a servidão medieval, destacando-se as diferenças. Roda de conversa.</p> <p>Cada discente pode discutir como a religião ordena sua vida, e as diferenças e semelhanças que identifica em relação à cristandade medieval.</p> <p>Produção textual. Por meio de músicas de diversos estilos – funk, rap, pagode, bossa-nova, Jovem Guarda e outros ritmos</p>

				musicais —, os estudantes poderão ler e reproduzir as letras, relacionando o papel social das mulheres na Antiguidade clássica com o contexto atual. O que mudou e o que permaneceu?
--	--	--	--	--

Fonte: Documento Curricular do Território Maranhense para a Educação Infantil e Ensino Fundamental (2019, p. 451).

Quadro 6 – Organizador Curricular 9ºano

Unidades temáticas	Objetos do conhecimento	Habilidades	Atividades sugeridas
O nascimento da República no Brasil e os processos históricos até a metade do século XX	O período varguista e suas contradições. A emergência da vida urbana e a segregação espacial. O trabalhismo e seu protagonismo político.	(EF09HI06) Identificar e discutir o papel do trabalhismo como força política, social e cultural no Brasil, em diferentes escalas (nacional, regional, cidade, comunidade).	Debate e leitura Proporcionar aos estudantes momentos de descobertas sobre os símbolos da república (hino nacional, bandeira, a construção de Tiradentes como herói nacional) e discutir um pouco com eles como o processo de construção das identidades nacionais, tanto na Europa quanto na América, foi longo e tortuoso. Isso porque os estados nacionais precisaram solucionar, muitas vezes por meio da força, as diferenças internas para construir laços históricos comuns entre a população (língua, costumes, origens etc.). O objetivo é demonstrar que o nacionalismo não é

				natural, mas construído ao longo do tempo de acordo com interesses específicos.
--	--	--	--	---

Fonte: Documento Curricular do Território Maranhense para a Educação Infantil e Ensino Fundamental (2019, p. 456).

Essa estrutura curricular levanta questionamentos sobre a abordagem fragmentada do tema, que poderia ser explorado de forma contínua ao longo da formação dos estudantes. A ausência dessa discussão nos primeiros anos pode impedir que os alunos desenvolvam uma compreensão crítica sobre a centralidade do trabalho na organização social e econômica ao longo da história. Dessa forma, o currículo corre o risco de apresentar o trabalhismo como um fenômeno restrito a determinados períodos históricos, ignorando sua influência nas relações de trabalho contemporâneas e nas lutas por direitos sociais.

Além disso, ao restringir a abordagem do trabalhismo a momentos específicos do ensino fundamental, o currículo pode dificultar o estabelecimento de conexões entre o passado e o presente. A forma como os conteúdos são distribuídos pode induzir à percepção de que as questões trabalhistas são capítulos isolados da história, sem continuidade com os desafios enfrentados pelos trabalhadores na atualidade, como a precarização do trabalho, o desemprego estrutural e as novas formas de exploração no capitalismo digital.

Essa perspectiva fragmentada reflete um problema mais amplo da educação brasileira: a tendência a tratar temas históricos de forma descontextualizada e despolitizada. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ao definir competências e habilidades de forma genérica, pode contribuir para um ensino que prioriza a memorização de fatos em detrimento de uma análise crítica sobre o impacto das relações trabalhistas na estrutura social brasileira. Assim, é necessário problematizar se o currículo maranhense está, de fato, proporcionando aos alunos uma visão aprofundada do trabalhismo ou se está limitando essa discussão a um viés conteudista e superficial.

Uma abordagem mais integrada permitiria que os estudantes percebessem a continuidade e a transformação das relações de trabalho ao longo do tempo, compreendendo, por exemplo, como as políticas trabalhistas da Era Vargas ainda influenciam o mundo do trabalho atual e de que maneira as novas configurações do neoliberalismo afetam a organização dos trabalhadores. Dessa forma, é essencial repensar a maneira como o trabalhismo é apresentado no currículo, garantindo que os alunos não apenas conheçam os fatos históricos,

mas também desenvolvam uma consciência crítica sobre sua inserção no mundo do trabalho e suas possibilidades de atuação enquanto cidadãos.

Essa estrutura curricular levanta questionamentos sobre a abordagem fragmentada do tema, que poderia ser explorado de forma contínua ao longo da formação dos estudantes. A ausência dessa discussão nos primeiros anos pode impedir que os alunos desenvolvam uma compreensão crítica sobre a centralidade do trabalho na organização social e econômica ao longo da história. Assim, o currículo pode transmitir a ideia de que o trabalhismo é um fenômeno restrito a determinados períodos, sem conexões diretas com as relações de trabalho contemporâneas e as lutas por direitos sociais.

Além disso, ao restringir a abordagem do trabalhismo a momentos específicos, o currículo dificulta a conexão entre passado e presente. Essa limitação pode reforçar uma percepção de que as questões trabalhistas pertencem apenas ao passado, ignorando desafios atuais como a precarização do trabalho, o desemprego estrutural e as novas formas de exploração no capitalismo digital.

Esse recorte fragmentado reflete um problema mais amplo da educação brasileira: a tendência de tratar temas históricos de forma descontextualizada e despolitizada. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ao definir competências e habilidades de forma genérica, pode favorecer um ensino que prioriza a memorização de fatos em detrimento da análise crítica sobre o impacto das relações trabalhistas na estrutura social brasileira. Assim, é necessário questionar se o currículo maranhense está, de fato, proporcionando aos alunos uma visão aprofundada do trabalhismo ou se está limitando essa discussão a um viés conteudista e superficial.

Uma abordagem mais integrada permitiria que os estudantes percebessem a continuidade e as transformações das relações de trabalho ao longo do tempo. Isso incluiria a análise de como as políticas trabalhistas da Era Vargas ainda influenciam o mundo do trabalho atual e de que maneira o neoliberalismo tem redefinido as formas de organização dos trabalhadores. Dessa forma, é essencial repensar a maneira como o trabalhismo é apresentado no currículo, garantindo que os alunos não apenas conheçam os fatos históricos, mas também desenvolvam uma consciência crítica sobre sua inserção no mundo do trabalho e suas possibilidades de atuação enquanto cidadãos.

No Maranhão, o ensino de História no ensino fundamental é estruturado em dois momentos: nos anos iniciais e nos anos finais. O Documento Curricular do Território Maranhense enfatiza a importância do ensino de História para a formação do pensamento analítico e crítico dos estudantes. Conforme descrito:

A organização do Ensino Fundamental neste documento tem como propósito contribuir com a formação do pensamento analítico e crítico dos docentes do estado do Maranhão. Todos os temas e proposições aqui indicados estão de acordo com a Base Nacional Comum Curricular, que insere no ensino de História – anos iniciais a ideia de construção do sujeito, trazendo como aspecto central a discussão do eu, do outro e do nós – momento em que a criança precisa compreender o exercício de separação dos sujeitos e tomar consciência de si, desenvolvendo a capacidade de administrar a sua vontade de maneira autônoma, como parte de uma família, uma comunidade e um corpo social (Maranhão, 2019, p. 438).

Esse enfoque busca valorizar o papel do aluno como agente histórico, permitindo que ele perceba sua própria inserção na sociedade e na história. Além disso, há um esforço para adaptar o currículo ao contexto afro-indígena maranhense, reconhecendo a diversidade cultural e étnica do Estado:

No caso específico do Maranhão, estado com grande presença afro-indígena, cuja história oficial insiste em afirmar uma identidade escravocrata, patriarcal e elitista ligada aos vultos do século XIX, é difícil fazer com que os jovens se identifiquem com essa imagem que pouco ou nada afirma da pluralidade cultural e étnica da nossa região. Assim, de acordo com a proposta da BNCC (BRASIL, 2017), pretendemos fomentar a contemplação da experiência plural da sociedade maranhense em sua diversidade de culturas, etnias e formas de viver o real (Maranhão, 2019, p. 439).

Essa preocupação se reflete na elaboração da proposta curricular do estado, que visa fornecer subsídios aos educadores para fortalecer o ensino e a aprendizagem:

Nosso propósito aqui é apresentar uma Proposta Curricular do Território Maranhense como subsídio à prática didática dos educadores para o fortalecimento do ensino e, consequentemente, da aprendizagem. É uma responsabilidade que se define como contribuição, numa perspectiva de abordagem não linear, intercalada com algumas conexões entre diferentes vertentes e com questões sociais, políticas, econômicas e culturais (Maranhão, 2019, p. 439).

Apesar dos esforços para ampliar a diversidade de temas abordados no ensino de História, a temática do mundo do trabalho ainda aparece de maneira limitada. Nos anos iniciais do ensino fundamental, ela é abordada no segundo ano, mas sem aprofundamento. Nos anos finais, a partir do sexto ano, há um olhar mais amplo sobre o trabalho em diferentes contextos

históricos. No nono ano, o trabalhismo e a Era Vargas ganham destaque, permitindo uma análise mais crítica sobre as políticas trabalhistas no Brasil.

A análise do Documento Curricular do Território Maranhense revela a preocupação do Estado em alinhar-se às diretrizes nacionais da BNCC, ao mesmo tempo em que busca adaptar os conteúdos à realidade local. No entanto, a abordagem do mundo do trabalho ainda é limitada e enfrenta desafios estruturais que dificultam sua implementação efetiva nas escolas.

Compreender como a educação maranhense está sendo organizada permite identificar avanços e limitações, além de propor estratégias para fortalecer o ensino crítico sobre as relações de trabalho. A inserção desse tema no currículo escolar é fundamental para que os estudantes possam refletir sobre as transformações do mundo do trabalho e sua relação com as dinâmicas sociais, políticas e econômicas do país.

2.4. O Trabalhismo nos Livros Didáticos

Os livros didáticos desempenham um papel fundamental no ensino de História, pois estruturam conteúdos, orientam os professores e influenciam diretamente a compreensão dos estudantes sobre os processos históricos. No caso do trabalhismo, a forma como esse tema é abordado nesses materiais reflete diferentes interpretações sobre o papel do Estado, dos trabalhadores e das relações de trabalho ao longo do século XX.

Este tópico analisa como o trabalhismo, o trabalho e os trabalhadores (a) são representados nos livros didáticos que circularam no Maranhão a partir dos anos 1980. Para isso, serão examinados livros voltados para a História e Geografia do Maranhão, bem como materiais utilizados atualmente nas salas de aula da rede de ensino do estado, com foco no Ensino Fundamental, mais especificamente no nono ano.

Como referencial teórico utilizei três autores que trabalham com a análise ideológica dos livros didáticos, com destaque para a questão do trabalho em diversos contexto. Na obra *As Belas Mentiras: A Ideologia Subjacente aos Livros Didáticos*, de Maria de Lourdes Chagas Deiró (2005), a autora demonstra como o trabalho é frequentemente estereotipado nos textos analisados, retratando, muitas vezes, uma relação harmoniosa entre trabalhador e patrão. Essa abordagem reflete uma ideologia que busca neutralizar possíveis tensões sociais e desestimular a luta de classes. Como destaca Deiró (2005, p. 143): “A ideologia capitalista dominante, como se vê, harmoniza o mundo do trabalho, igualando as diferentes profissões, estereotipando as relações de trabalho, idealizando os trabalhadores”.

Já em *Ideologia no Livro Didático* (2005), Ana Lúcia G. de Faria analisa como o conceito de trabalho é ensinado nas escolas. Segundo a autora, o livro didático funciona como um dos principais veículos de transmissão da ideologia burguesa no ambiente escolar. Para Faria (2005, p. 30), “O livro didático só fala do caráter positivo do trabalho, a humanização da natureza pelo trabalho”.

Outro estudo relevante para nossa análise é *Mentiras que Parecem Verdades*, de Marisa Bonazzi e Umberto Eco (1980). Os autores analisam livros didáticos italianos das décadas de 1970 e 1980, abordando temáticas como o trabalho de menores, caridade e a previdência social. Essas questões serão fundamentais para compreender como a ideologia se manifesta nos livros didáticos analisados, permitindo um olhar mais crítico sobre os conteúdos apresentados.

Diante desse cenário, algumas questões norteadoras emergem: Como a temática do mundo do trabalho é abordada nos livros didáticos utilizados no Maranhão? Quais conteúdos são priorizados nessas obras e como eles influenciam a compreensão da história do trabalho? De que maneira a ideologia da classe dominante se manifesta nesses livros?

A partir dessas reflexões buscamos compreender de que forma os livros didáticos moldam a percepção dos estudantes sobre as relações de trabalho e como o uso de materiais paradidáticos pode ser uma alternativa para ampliar essa discussão de maneira crítica e contextualizada.

2.4.1 Analise dos Livros Didáticos

O objetivo como já foi mencionado é examinar como essas temáticas foram e estão sendo representadas nos livros didáticos. Primeiramente, apresento os materiais encontrados e seus respectivos autores, identificando suas ideologias e o contexto histórico em que foram produzidos. Em seguida, discuto de que maneira as temáticas do trabalho, trabalhador (a) e do trabalhismo estão inseridas nesses materiais, destacando suas principais abordagens.

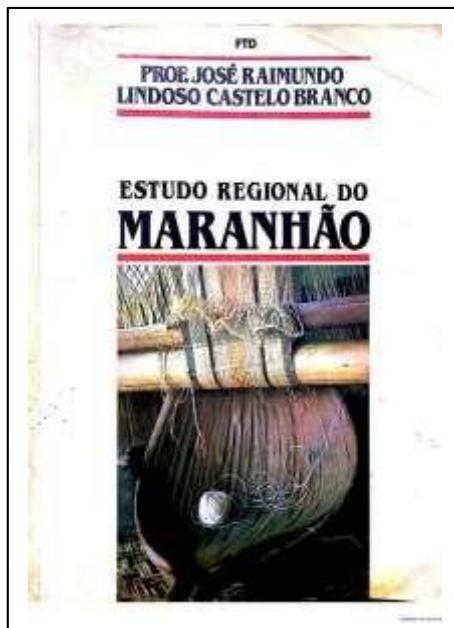
Como descreve Circe Bittencourt (1993, p. 03):“(...) finalmente, o livro didático deve ser considerado como veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura”.

Nesta pesquisa são analisados quatro livros didáticos: *Estudo Regional do Maranhão* (1988), de José Raimundo Lindoso Castelo Branco; *História do Maranhão* (2001), de Maria Nadir Nascimento; *Atlas Escolar Maranhão: Espaço Geo-Histórico e Cultural* (2006), de Antônio Cordeiro Feitosa e José Ribamar Trovão; e *Conexões e Vivências História* (2022), de Silvia Panazzo e Maria Luísa Vaz. A partir desses materiais busco compreender como as

representações do trabalho e do trabalhismo evoluíram durante o período do final de 1980 até a atualidade e quais discursos são predominantes na formação do conhecimento histórico escolar.

O livro **Estudo Regional do Maranhão (1988)** é um material didático voltado para os estudos sociais no ensino do 1º grau, publicado pela editora FTD. Escrito por José Raimundo Lindoso Castelo Branco, autor maranhense, formado em Geografia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Ao longo de sua trajetória atuou como professor no ensino básico e superior por vários anos.

Imagen 3: Capa do livro Estudos Regional do Maranhão (1988)



Fonte: Capa do livro Estudo Regional do Maranhão de José Raimundo Lindoso Castelo Branco publicado pela editora FTD em 1988.

O livro aborda o trabalho e os trabalhadores maranhenses em diferentes momentos da história do estado. Suas descrições das relações laborais incluem aspectos do trabalho escravizado da população negra e do uso da mão de obra indígena no período colonial. Ele destaca que no início da colonização o alto custo dos trabalhadores escravizados tornava sua aquisição inviável para muitos proprietários de terras no Maranhão, o que levou à utilização da mão de obra indígena: “O poder aquisitivo dos colonos era muito pequeno, insuficiente, portanto, para comprar escravos (negros). A única alternativa era o índio. Essa busca do índio para trabalhar na lavoura foi motivo de muitos conflitos entre jesuítas e colonos” (Branco, 1988, p. 12-13).

Na *Unidade IV (Aspectos Humanos e Econômicos do Maranhão)*, o autor discute a economia do estado e a formação da população. No entanto, ao tratar do trabalho escravizado, ele não aprofunda sua análise nem o insere em uma perspectiva histórica ou econômica mais ampla. Assim, o livro não evidencia com clareza que os negros foram a principal força de trabalho explorada no Brasil colonial. O autor menciona: “A sua vinda forçada para o Brasil está ligada ao plantio de cana-de-açúcar e ao lucro proporcionado pelo tráfico” (Branco, 1988, p. 53). Além disso, ele destaca que: “Nos séculos XVII e XVIII, o Maranhão utilizava o negro como mão de obra na atividade algodoeira, na qual o estado apresentou grande destaque no século XVIII, chegando a exportar para a Inglaterra” (Branco, 1988, p. 53).

Sua abordagem não problematiza as lutas e resistências dos escravizados, tampouco discute as contradições do sistema escravista dentro do modelo econômico colonial. O livro também não apresenta uma análise sobre as lutas de classe na sociedade capitalista. É necessário considerar que sua publicação ocorreu em um contexto histórico específico, o da redemocratização no Brasil, em que determinadas visões oriundas do período ditatorial ainda predominavam. Além disso, a ideologia presente na obra pode estar relacionada à editora responsável, ligada ao tradicionalismo religioso das escolas Maristas, o que influencia a forma como os conflitos sociais são tratados na obra, evitando abordagens críticas sobre as desigualdades estruturais do capitalismo.

Essa perspectiva se reflete na maneira como o autor apresenta a relação entre campo e cidade, enfatizando uma interdependência harmoniosa sem problematizar as contradições do sistema de produção:

O campo e a cidade dependem um do outro, pois é necessário que haja uma interligação entre ambos para que possam desenvolver-se. É com a matéria-prima fornecida pelo campo que as indústrias trabalham e fabricam produtos consumíveis pela população urbana, mas também por aqueles que vivem no campo (Branco, 1988, p. 56).

Além disso, o autor separa as funções dos trabalhadores de forma descontextualizada, sem evidenciar a unidade da classe trabalhadora nos diferentes setores da economia:

Campo e Cidade. Campo: Corresponde à zona de produção rural, ocupada pelos trabalhadores na agricultura, pecuária e extrativismo, de onde sai a matéria-prima necessária para o desenvolvimento das cidades. Cidade: Corresponde à zona urbanizada, receptora de matéria-prima. Nela são desenvolvidas atividades econômicas como comércio e indústria (Branco, 1988, p. 56).

A obra ainda classifica ocupações sob a terminologia “Tipos Humanos Característicos”. Embora mencione a exploração da classe trabalhadora, o faz de maneira superficial, sem aprofundar a crítica. A estrutura fundiária do Maranhão, por exemplo, é descrita como altamente concentrada nas mãos de grandes latifundiários, mas sem uma análise sobre seus impactos na desigualdade social e na precarização do trabalho: “Muitos desses proprietários não utilizam suas terras para a produção agrícola ou extrativista e, quando o fazem, recorrem a métodos pouco produtivos, sustentados pela exploração desumana da mão de obra” (Branco, 1988, p. 60).

O autor discute as atividades econômicas no Maranhão, relacionando-as à pobreza e à precarização do trabalho nos setores da agricultura, do extrativismo e da indústria. No entanto, mantém um tom descritivo, sem explorar as raízes históricas dessas desigualdades nem as lutas dos trabalhadores por melhores condições de vida e trabalho. A exploração da mão de obra no Maranhão pode ser exemplificada pela realidade dos colhedores de arroz e pescadores. Centenas de famílias dependem da colheita do arroz, uma atividade exaustiva e de baixa rentabilidade, que exige o esforço coletivo da família inteira (Branco, 1988, p. 60). Os pescadores, por sua vez, enfrentam condições precárias de trabalho, extraíndo do mar seu sustento em um sistema econômico que não lhes garante estabilidade financeira ou acesso a direitos básicos.

O extrativismo, uma das principais atividades econômicas do estado, permanece atrelado a formas rudimentares de exploração dos recursos naturais. O babaçu (*Orbignya speciosa*), por exemplo, sustenta milhares de trabalhadores, especialmente mulheres quebradeiras de coco, que lidam com a informalidade e a ausência de políticas públicas que valorizem sua atividade (Branco, 1988, p. 61). A falta de incentivos para a industrialização do setor perpetua um modelo produtivo frágil, baseado na exportação de matéria-prima sem agregação de valor.

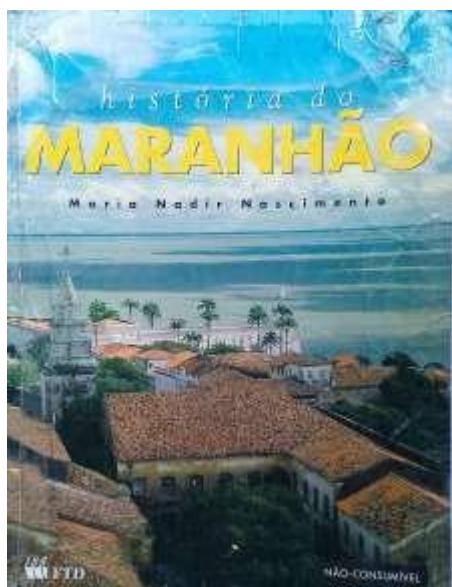
A agricultura maranhense segue presa ao sistema de roça tradicional, caracterizado pelo uso de técnicas ultrapassadas e pela ausência de mecanização (Branco, 1988, p. 64). Esse cenário reduz a produtividade e torna os trabalhadores rurais mais vulneráveis, dependentes de colheitas instáveis e sem acesso a políticas de financiamento agrícola. A concentração fundiária agrava ainda mais essa situação, limitando o desenvolvimento da produção e dificultando a melhoria das condições de vida dos pequenos agricultores. No setor industrial, a decadência da indústria têxtil a partir da década de 1950 deu lugar ao setor oleaginoso, mas sem promover

mudanças estruturais significativas. A economia do estado permaneceu dependente de setores primários de baixa complexidade, restringindo a geração de empregos qualificados e impedindo a diversificação econômica (Branco, 1988, p. 65).

A análise econômica e social do Maranhão apresentada pelo autor revela um padrão de estagnação e exclusão social, no qual a exploração da mão de obra e a concentração fundiária limitam o desenvolvimento produtivo e comprometem a qualidade de vida dos trabalhadores. A permanência de atividades pouco mecanizadas, somada à falta de investimentos em inovação, evidencia a reprodução de desigualdades históricas que atravessam séculos. Dessa forma, *Estudo Regional do Maranhão* exemplifica o tipo de material didático que circulava no estado a partir do final dos anos 1980. Embora apresente um panorama econômico e social da região, o livro não promove uma reflexão crítica sobre os processos históricos que levaram a essa realidade, deixando de questionar as estruturas que perpetuam a desigualdade e a exploração da classe trabalhadora maranhense.

A obra **História do Maranhão (2001)** é um livro da pesquisadora e professora Maria Nadir Nascimento, autora maranhense nascida em 1940 na cidade de Pedreiras. A obra foi publicada pela editora FTD, sendo uma adaptação da obra *Terra das Palmeiras*, escrita em parceria com Deuris Moreno Dias Carneiro na década de 1970. Essas obras, de grande circulação no território maranhense, abordam aspectos da História e Geografia do Maranhão.

Imagen 4: Capa do livro Histórias do Maranhão (2001)



Fonte: foto da capa do livro história do Maranhão de Maria Nadir Nascimento, publicado pela editora FTD em 2001.

No livro *História do Maranhão* analisamos a abordagem conferida às temáticas do trabalho, dos(as) trabalhadores(as) e da Era Vargas. A *Unidade III*, intitulada "*O encontro de povos diferentes*", emprega o termo "trabalho" no contexto da colonização, discutindo a escravização e o trabalho forçado dos povos indígenas, assim como a chegada dos africanos escravizados ao território que viria a se tornar o Brasil.

A discussão sobre a mão de obra na colonização enfatiza a necessidade dos portugueses por trabalhadores em diversas atividades, recorrendo, por cerca de dois séculos, à escravização dos nativos e à compra de africanos traficados para o Brasil (Nascimento, 2001, p. 23). Sobre a escravização de indígenas e negros durante a colonização do Brasil, a obra em análise descreve a utilização da força de trabalho ao longo dos diferentes períodos históricos no Maranhão. Na *Unidade V*, "*Colonizar para não perder*", o tópico "*O início da colonização*" explicita o trabalho indígena nesse período:

Para o trabalho de procurar as árvores no meio da mata, derrubá-las, carregá-las até a praia, cortá-las em toras e carregá-las até os navios, contavam com a mão de obra dos indígenas. Em troca desse trabalho, os nativos recebiam objetos considerados bugigangas para os europeus, como tecidos, pentes, espelhos, colares de miçangas etc. (Nascimento, 2001, p. 33).

A narrativa apresentada descreve a exploração do trabalho indígena de forma sutil, sugerindo uma troca de favores entre povos amigáveis, o que pode levar o leitor a uma interpretação romantizada desse contato inicial. Essa abordagem reforça a necessidade de uma análise crítica dos livros didáticos utilizados nesta pesquisa, independentemente do contexto histórico abordado.

Na *Unidade XIV*, "*O Maranhão no Segundo Reinado*", a Balaiada é retratada com a identificação de seus principais líderes como trabalhadores humildes: "Seus líderes eram pessoas humildes, trabalhadores, como o fabricante de balaios (daí o nome Balaiada) Manuel Francisco dos Anjos (apelidado de Balaio), o vaqueiro Raimundo Gomes e o negro Cosme, líder de um quilombo com cerca de 3 mil escravos" (Nascimento, 2001, p. 73).

A caracterização dos fabricantes de balaios como trabalhadores humildes obscurece sua capacidade de organização e resistência, promovendo uma visão passiva do trabalhador. Esse enquadramento ignora que, mesmo em condições adversas, esses grupos mobilizaram-se por melhores condições de vida. A ausência de uma problematização sobre a Balaiada contribui para a naturalização da exploração do trabalho e para a invisibilização das lutas sociais.

O trecho sobre a abolição da escravidão reforça a centralidade do trabalho da população negra na história do Brasil, mas apresenta limitações analíticas:

A abolição, no entanto, resolveu um problema e criou vários outros, pois não deu condições aos negros de se integrarem no mercado de trabalho do país. Vítimas de preconceitos, muitos ficaram sem lugar para morar, sem trabalho ou sujeitando-se a trabalhar por péssimos salários. Não tinham direitos à educação e à saúde (Nascimento, 2001, p. 78).

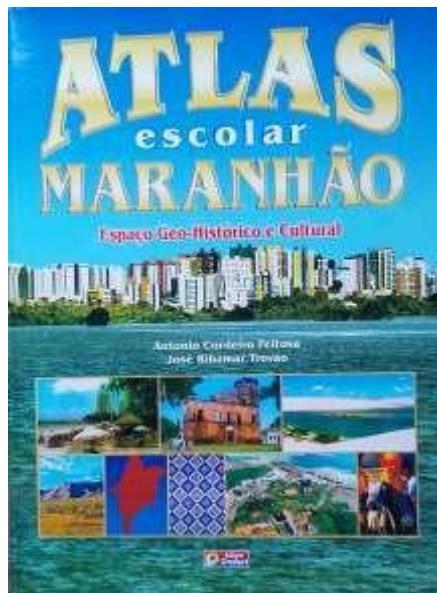
A narrativa reconhece os impactos da abolição, mas não problematiza adequadamente o papel do Estado e das elites na perpetuação da marginalização dos ex-escravizados. Além disso, ao tratar essas consequências como desdobramentos naturais, a autora desconsidera políticas institucionais que dificultaram a inserção dos negros na sociedade pós-abolição.

A análise da *Unidade XVI, "A Era Vargas (1930-1945)"*, revela uma abordagem dicotômica que exalta os avanços promovidos pelo governo Vargas, ao mesmo tempo em que critica seu autoritarismo: "Vargas assumiu o poder prometendo construir uma pátria nova, defender os direitos dos trabalhadores e diminuir os efeitos da crise econômica" (Nascimento, 2001, p. 83). O trecho enfatiza as promessas de Vargas sem discutir a instrumentalização das políticas trabalhistas para o controle dos trabalhadores e a desmobilização dos sindicatos autônomos. Além disso, a menção à industrialização ignora a exclusão dos trabalhadores rurais das políticas protecionistas, perpetuando a desigualdade social.

Por fim, a análise do livro *História do Maranhão* evidencia uma narrativa tradicional, focada em lideranças políticas e transformações econômicas, sem aprofundamento crítico nas relações de trabalho e nas lutas sociais. Essa abordagem contribui para uma visão conciliadora da história, negligenciando as contradições e conflitos entre trabalhadores, Estado e elites locais.

A obra **Atlas Escolar Maranhão: Espaço Geo-Histórico e Cultural (2006)** é um livro de autoria de Antônio Cordeiro Feitosa e José Ribamar Trovão, publicado pela editora Grafset. O professor Antônio Cordeiro Feitosa é licenciado e bacharel em Geografia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), além de mestre e doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). O professor José Ribamar Trovão, por sua vez, também é licenciado em Geografia pela UFMA e possui mestrado e doutorado em Geografia pela UNESP.

Imagen 5: Capa do livro Atlas escolar Maranhão Espaços Geo-Histórico e Cultural (2006)



Fonte: Capa do livro *Atlas escolar Maranhão Espaços Geo-Histórico e Cultural* de Antônio Cordeiro Feitosa e José Ribamar Trovão, publicado pela editora Grafset em 2006.

O livro didático em análise apresenta uma abordagem predominantemente geográfica sobre o estado do Maranhão. No entanto, sua relevância transcende a dimensão espacial ao fornecer subsídios para a compreensão da dinâmica do trabalho e da formação da classe trabalhadora no contexto maranhense a partir da perspectiva de geógrafos de formação. Observa-se, ademais, uma preocupação dos autores em apresentar os aspectos geográficos e históricos do estado de maneira coerente e articulada.

A obra, voltada para um público amplo, incluindo docentes e discentes, manifesta essa intencionalidade em sua seção introdutória intitulada "Mensagem aos professores e estudantes":

A Editora Grafset, comprometida com o processo permanente da educação – condição primeira para a formação de cidadãos brasileiros – sente-se honrada e feliz por entregar ao público o *Atlas Escolar do Maranhão*, instrumento que veicula mapas, imagens, gráficos, tabelas... fazendo-os acompanhar de conhecimentos essenciais para todos, estudiosos e o público em geral que pesquisam a geografia, a história, a rica e diversificada cultura e o contexto socioeconômico em que o processo de produção do território maranhense está inserido (Feitosa; Trovão, 2006, p. 207).

A temática do trabalho emerge na obra a partir da página 130, no capítulo 6, intitulado “O espaço maranhense”, momento em que são apresentados elementos sobre o início da economia no Maranhão, com ênfase na cidade de São Luís. Os autores destacam que a

agricultura constituiu a primeira atividade econômica desenvolvida pelos portugueses no território maranhense:

Funcionando inicialmente como um imenso espaço rural que tinha como única área urbana apenas a cidade de São Luís, as atividades que inicialmente se desenvolveram no Maranhão e que formaram a base da sua economia estavam voltadas para a agricultura, especialmente o cultivo dos produtos recomendados pela Coroa Portuguesa (...) (Feitosa; Trovão, 2006, p. 130).

Ademais, os autores abordam a questão do trabalho escravo e a utilização da mão de obra negra no setor agrícola durante o século XVII. Embora a obra não desenvolva uma reflexão aprofundada sobre o trabalhismo, ela apresenta o trabalhador maranhense no interior das dinâmicas geográficas e históricas do estado.

A predominância das atividades agropecuárias e agrícolas é reiterada como elemento estruturante da economia maranhense, conforme evidencia a seguinte passagem: "Com um perfil tradicional de um estado agrário, a agricultura e a pecuária distribuem-se tanto de forma extensiva ou itinerante, quanto de maneira moderna ou intensiva, desenvolvendo-se através de modelos tecnológicos mais atuais" (Feitosa; Trovão, 2006, p. 131).

Um dos aspectos mais relevantes tratados na obra diz respeito às disputas pela posse da terra no Maranhão nos séculos XX e XXI. Os autores evidenciam a violência praticada contra pequenos agricultores pelos grandes latifundiários, demonstrando como tais conflitos restringem o acesso à terra e comprometem as condições de subsistência das populações camponesas.

Todavia, apesar da abordagem do livro contemplar alguns aspectos concernentes ao mundo do trabalho, sua análise permanece insuficiente para uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas de luta de classes no território maranhense. O texto se ocupa prioritariamente da descrição das questões geográficas, relegando a segundo plano a análise crítica sobre o protagonismo dos trabalhadores urbanos e rurais durante o processo de industrialização do estado. Dessa forma, a obra poderia ampliar sua abordagem ao considerar as relações entre capital e trabalho, as condições laborais e as formas de organização e resistência dos trabalhadores ao longo da história maranhense.

O último livro didático em análise é de história do Brasil. A obra **Conexões & vivências - história (2022)** é de autoria de Silvia Panazzo e Maria Luísa Vaz, publicado pela Editora Brasil. Silvia Panazzo é licenciada em História pela Pontifícia Universidade Católica – SP, licenciada em Pedagogia pela Universidade Cidade de São Paulo, pós-graduada em Tecnologias na aprendizagem pelo Centro Universitário Senac e professora de História no

Ensino Fundamental e Ensino Médio. Maria Luísa Vaz é licenciada em História pela Universidade de São Paulo, mestre em História Social pela Universidade de São Paulo e professora de História no Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior.

Imagen 6: Capa do livro Conexões e vivências – história (2022)



Fonte: Foto da capa do livro Conexões & vivências – história, de Silvia Panazzo e Maria Luísa Vaz, publicado pela editora do Brasil em 2022.

Este livro didático é utilizado pelos professores de História na rede municipal de Santo Amaro do Maranhão. O livro, direcionado aos alunos do 9º ano do ensino fundamental, é utilizado apenas como material de consulta, conforme informado por um dos docentes da rede. A obra integra o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) 2024-2027 “Era Digital”, iniciativa do Ministério da Educação que disponibiliza, de forma gratuita, materiais didáticos em formato digital. Esta análise tomará como referência a versão impressa. Além do conteúdo, o livro apresenta diretrizes pedagógicas, justificativas e objetivos didáticos ao longo das unidades, auxiliando os professores na organização do ensino.

Nesta obra darei enfoque na abordagem das autoras sobre o trabalhismo e a Era Vargas, conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017). A *Unidade 2* do livro didático, intitulada "*Emergência de uma Nova República*", discute o processo de industrialização do país a partir da virada do século XIX para o século XX. O livro apresenta aos alunos a organização e o surgimento das classes sociais da época, como a operária e a elite burguesa.

No *capítulo 4*, "Negações da Velha República", as autoras contextualizam o novo cenário pelo qual o Brasil passava, destacando a modernização industrial e o crescimento da classe operária:

Nas primeiras décadas do século XX, o Brasil passou por significativo desenvolvimento urbano e industrial, contexto em que se formaram a classe média e a classe operária. Esses novos atores sociais começaram a defender seus interesses e a reivindicar direitos, opondo-se à organização política mantida pelas elites socioeconômicas da época (Panazzo, Vaz, 2022, p. 48).

O livro destaca esse novo momento da história nacional, enfatizando o crescimento da classe operária e a concentração da industrialização no eixo Sul-Sudeste: "O censo industrial de 1907 apontou o Rio de Janeiro como o estado com maior número de indústrias, seguido por Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul" (Panazzo, Vaz, 2022, p. 48).

As autoras problematizam os impactos da industrialização, como o crescimento urbano desordenado e a exclusão social. Há uma preocupação em evidenciar a dura realidade enfrentada pela população pobre: "... com a valorização dos bairros mais centrais, apenas famílias abastadas tiveram condições de ali adquirir terrenos e moradias ou algum negócio." (Panazzo, Vaz, 2022, p. 49). A abordagem das autoras sobre qualidade de vida em áreas urbanas contribui para uma discussão contemporânea, refletindo desafios ainda presentes nas cidades e nas políticas públicas.

O *capítulo 4* orienta os professores sobre a compreensão do conceito de proletariado:

Iniciando a discussão, pergunte-lhes o que entendem dessa palavra. Depois, utilizando as respostas, apresente-lhes o conceito, explicando que se trata de uma classe social que sobrevive por meio da venda de sua força de trabalho, ou seja, troca seu tempo e conhecimentos por dinheiro para suprir suas necessidades (Panazzo, Vaz, 2022, p. 50).

O livro também aborda o movimento anarquista e as greves operárias das primeiras décadas do século XX, associando-as à chegada de imigrantes ao Brasil, que trouxeram experiências de organização sindical e mobilização por melhores condições de trabalho e salários.

Um aspecto relevante destacado é a participação feminina na organização operária. As autoras enfatizam a necessidade de uma perspectiva de gênero na análise histórica e ilustram essa questão com um exemplo:

Entre 1900 e 1920, foram contabilizadas cerca de 400 greves. Em 1917, o movimento operário organizou uma greve de grande proporção. No Cotonifício Crespi, fábrica têxtil de São Paulo, cerca de 400 proletários, em sua maioria mulheres, protestaram contra a carestia, os baixos salários e as jornadas exaustivas (Panazzo, Vaz, 2022, p. 50).

As orientações didáticas sugerem a construção de uma linha do tempo para que os estudantes compreendam a luta sufragista no Brasil: "Monte uma linha do tempo com os anos apresentados no texto, destacando que as conquistas do movimento sufragista iniciaram em 1932, mas somente em 1985, com a inclusão das mulheres não alfabetizadas, todas obtiveram pleno direito ao voto" (Panazzo, Vaz, 2022, p. 58). O estudo de gênero é fundamental no ensino de História, permitindo uma análise crítica dos processos históricos. A inclusão da participação feminina no mundo do trabalho contribui para a compreensão das desigualdades e desafios enfrentados pelas trabalhadoras ao longo da industrialização.

No capítulo 5, "Era Vargas", são abordadas as mobilizações operárias e a ascensão de Getúlio Vargas. As autoras estruturam os objetivos do capítulo, orientando os professores sobre a aplicação do conteúdo. Destacam-se as lutas sociais e as conquistas de direitos pelos trabalhadores:

Analizar o processo de formação da Era Vargas: do Governo Provisório ao golpe do Estado Novo; discutir a luta das mulheres por direitos políticos e as mudanças legislativas decorrentes da nova Constituição; compreender o significado das leis e medidas em torno do trabalho e do desenvolvimento econômico (Panazzo, Vaz, 2022, p. 56).

Entretanto, a abordagem do trabalhismo no livro é superficial. Embora haja sugestões para tratar do tema, a discussão não é aprofundada, limitando a compreensão dos estudantes sobre seu impacto nas relações de trabalho e na organização da classe operária. "As páginas 56 e 57 apresentam a discussão sobre os primeiros movimentos do Governo Vargas e sua aproximação com as classes trabalhadoras. É uma oportunidade para discutir o significado desse regime político, bem como sua característica social principal – o trabalhismo" (Panazzo, Vaz, 2022, p. 56).

Na página 60, há uma breve menção à "Constituição de 1934 e novos direitos sociais", destacando a segunda Constituição republicana e a inclusão de direitos trabalhistas:

O maior avanço promovido pela nova Constituição foi contemplar questões sociais reivindicadas pelo movimento operário: o reconhecimento de alguns sindicatos de trabalhadores; a criação da Justiça do Trabalho e do salário mínimo; a fixação da jornada de trabalho e do descanso semanal; a proibição

do trabalho noturno para jovens de 14 a 16 anos e, para menores de 18 anos e mulheres, em indústrias insalubres (Panazzo, Vaz, 2022, p. 60).

Há um breve tópico intitulado "Direitos trabalhistas não beneficiavam a todos", que problematiza a exclusão de trabalhadores rurais e autônomos das garantias trabalhistas:

Na área social, Vargas prosseguiu em sua política de aproximação com as classes trabalhadoras urbanas, resultando na criação do salário mínimo em 1940 e na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943. A CLT reuniu as leis trabalhistas existentes e tornou-se o principal regulamento das relações entre patrões e empregados. Contudo, não havia estrutura para fiscalizar seu cumprimento, e grande parte dos benefícios atendia apenas aos funcionários públicos (Panazzo, Vaz, 2022, p. 63).

Dessa forma, podemos concluir que o livro didático é mais do que um instrumento pedagógico, transmite ideologias e valores, conforme apontado por Bittencourt (2008, p. 302), sendo um veículo da cultura dominante. A mercantilização do material didático reforça a lógica capitalista no sistema educacional.

Deiró (2005, p. 34) complementa essa visão ao destacar que o aparelho escolar funciona como um instrumento ideológico da classe dominante, naturalizando a divisão social do trabalho. Faria (2005, p. 58) acrescenta que o livro didático oculta a verdadeira natureza do trabalho no capitalismo, apresentando-o de forma fetichizada e descontextualizada.

Assim, a educação escolar, por meio de seus materiais didáticos, não apenas transmite conteúdos, mas também perpetua estruturas de poder e desigualdade social. O livro didático atua como um instrumento de formação da visão de mundo dos alunos, reforçando a ideologia dominante e a divisão social do trabalho.

3. PRODUÇÃO E APLICAÇÃO DO PARADIDÁTICO “TRABALHADORES DO BRASIL”: do trabalhismo a uberização

Este capítulo apresenta nosso produto educacional: um material paradidático que discute as lutas sociais, a organização dos trabalhadores e a construção do trabalhismo, articulando essas questões com as relações trabalhistas na atualidade. O material também aborda a perda de direitos historicamente conquistados e a crescente degradação do trabalho nos dias de hoje, proporcionando uma visão crítica sobre os desafios enfrentados pelos trabalhadores no contexto contemporâneo. O produto está voltado para os estudantes das séries finais do Ensino Fundamental.

3.1 Discussão sobre a Produção do Paradidático

Neste tópico discutimos a construção e a aplicação do produto educacional intitulado **“Trabalhadores do Brasil”: do trabalhismo a uberização**. A produção desse paradidático foi um desafio, mas também uma etapa essencial para esta pesquisa, pois possibilitou uma abordagem voltada para o ensino de história, alinhando o conteúdo ao contexto escolar. O material busca aproximar os alunos do 9º ano do Ensino Fundamental das discussões sobre trabalho e lutas sociais, promovendo uma reflexão crítica sobre o tema.

O paradidático foi elaborado seguindo o que é proposto na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), dentro da unidade temática *O nascimento da República no Brasil e os processos históricos até a metade do século XX*, abordando objetos de conhecimento como *O período varguista e suas contradições; O trabalhismo e seu protagonismo político*. Seu principal objetivo é oferecer um recurso acessível e didático, permitindo que os estudantes compreendam a evolução das relações de trabalho no Brasil e sua relevância na atualidade.

Para os docentes, o paradidático se apresenta como um suporte pedagógico estruturado, auxiliando na mediação do aprendizado por meio de atividades que estimulam o debate, a análise crítica e a interpretação de documentos históricos. Além disso, possibilita uma abordagem interdisciplinar, conectando história, sociologia, geografia e outras áreas do conhecimento.

Ao contextualizar os desafios enfrentados pelos trabalhadores ao longo da história e sua relação com a atualidade, o material contribui para a formação cidadã dos alunos, incentivando-os a refletirem sobre a importância das lutas sociais na construção dos direitos trabalhistas.

Dessa forma, sua aplicação na sala de aula amplia as possibilidades de ensino, tornando o aprendizado mais dinâmico e significativo.

A utilização de materiais paradidáticos no ensino, seja em História ou em outras disciplinas, é uma alternativa criada para aprimorar o aprendizado em sala de aula. De forma consistente, podemos discutir o trabalhismo e as lutas sociais de maneira aprofundada, permitindo que os alunos observem as mudanças no mundo do trabalho ao longo dos anos.

Podemos caracterizar os paradidáticos conforme a divisão proposta pela pesquisadora Circe Bittencourt (2008, p. 296), que os classifica da seguinte forma:

Os suportes informativos correspondem a todo discurso produzido com a intenção de comunicar elementos do saber das disciplinas escolares. Nesse sentido, temos toda a série de publicações de livros didáticos e paradidáticos, atlas, dicionários, apostilas, cadernos, além das produções de vídeos, CDs, DVDs e materiais de computador (CD-ROMs, jogos, etc.). Os suportes informativos pertencem ao setor da indústria cultural e são produzidos especialmente para a escola, caracterizando-se por uma linguagem própria, por um tipo de construção técnica que obedece a critérios de idade, como vocabulários, extensão e formação de acordo com princípios pedagógicos (Bittencourt, 2008, p. 296).

Os paradidáticos fazem parte da caracterização da produção de materiais didáticos elaborados no contexto da cultura escolar, com a intenção de comercialização. Os paradidáticos, ou livros temáticos, podem ser produzidos de forma concomitante à elaboração da dissertação ou tese, utilizando-se da mesma temática desenvolvida pelo(a) mestrando(a) ou doutorando(a). Em muitos casos, estudantes de pós-graduação em História enfrentam dificuldades na produção desses materiais, especialmente na diagramação, na adequação da linguagem ao público estudantil, entre outros aspectos (Almeida, 2016, p. 235).

Os paradidáticos são vistos como complementos aos livros didáticos tradicionais como descreve Bernardo Mançano Fernandes (1995, p. 15):

O livro paradidático é muito utilizado como um complemento ao livro didático. Esta é, inclusive, uma orientação que os autores de livros didáticos fazem aos professores, para o aprofundamento de um determinado tema. Neste sentido, essa pode ser uma forma de uso possível. Mas, e isto é importante destacar, a escolha de um tema e o aprofundamento da questão devem ser uma opção do professor. Ele é quem deve escolher, destacar tema que deve ter um estudo mais apurado. O ponto de partida para se optar pelo destaque de um determinado tema é o planejamento da disciplina (Fernandes, 1995, p. 15).

Dessa forma, podemos destacar que os paradidáticos são um meio de aprofundamento do conteúdo que o professor irá abordar em sala de aula, além de auxiliar o professor, trazendo mecanismo de aprendizagem diferenciados e adaptáveis a realidade escolar.

Outro fator que podemos destacar é a divulgação e disponibilidade desses paradidáticos, como destaca Ana Beatriz Accorsi Thomson (2016, p. 28): “No entanto, nas últimas décadas as escolas e os alunos têm adquirido acesso a materiais cada vez mais diversificados. Os livros paradidáticos também estão incluídos nessa profusão de novas mídias e materiais”.

Segundo Laguna, em seu texto *A contribuição do livro paradidático na formação do aluno-leitor*, “A leitura paradidática se apresenta com o objetivo de despertar nas pessoas o prazer de ler reconhecendo-se o ato de ler como capaz de instruir, divertir, fazer sonhar com projetos pessoais, políticos, de justiça, de amor e paz” (Laguna, 2001, p. 43). Dessa forma, a leitura é vista como uma experiência transformadora, que pode abrir a mente, estimular a imaginação e despertar desejos de mudança e crescimento pessoal e coletivo.

Estudar o mundo do trabalho é também olhar para a vida de pessoas comuns, de homens e mulheres que constroem a sociedade todos os dias com seu esforço. Esses trabalhadores (as) têm histórias marcadas por lutas, memórias e conquistas. Quando falamos de suas memórias, estamos tratando daquilo que os une como grupo e ajuda a manter viva a importância de sua participação na sociedade, como explica Pollak (1989, p. 10).

O sociólogo Michael Pollak (1989, p. 11) nos lembra que toda organização de trabalhadores como sindicatos, associações e cooperativas carrega uma história. Essa história ajuda seus membros a se reconhecerem como parte de algo maior. Quando essa identidade é ignorada, podem ocorrer conflitos e rupturas, porque as pessoas deixam de se identificar com a organização e sua trajetória.

No ensino de História, o papel do professor é justamente ajudar os estudantes a entender essas ligações entre o passado e o presente. Segundo a pesquisadora Ana Maria Monteiro (2003), ensinar História vai além de contar fatos: é preciso transformar o conhecimento científico em algo que faça sentido para os alunos. Essa prática é chamada de *Transposição Didática*, ou seja, a adaptação do conteúdo acadêmico para o ambiente escolar, de maneira acessível e crítica. Atualmente esse conceito de transposição didática vem sendo criticado pelos especialistas em ensino por não se tratar de mera adaptação, pois a escrita escolar pressupõe um processo de produção de conhecimento específico, que se utiliza dos saberes produzidos na academia, mas conta com uma série de outras experiências do espaço escolar.

O historiador alemão Jörn Rüsen (2006, p. 08) também reforça essa ideia ao afirmar que a *Didática da História* serve como ponte entre o que se estuda nas universidades e o que se aprende nas escolas.

Sobre o tema desta pesquisa, é fundamental que os professores conheçam teorias que ajudem a refletir sobre o trabalho e suas transformações. Pensadores como *Karl Marx*,

Friedrich Engels, Eric Hobsbawm e Edward P. Thompson analisaram as condições de vida dos trabalhadores desde a Revolução Industrial.

Por exemplo, Engels, em *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* (2010), descreveu a vida difícil dos operários ingleses no século XIX. Já Hobsbawm, em livros como *A Era dos Impérios* (1988) e *Mundos do Trabalho* (2000), mostrou como os trabalhadores passaram do campo para as fábricas e como isso mudou o jeito de viver das pessoas. Thompson, em *A Formação da Classe Operária Inglesa* (1988), defendeu que a classe trabalhadora não nasce pronta, mas vai se formando aos poucos, através da experiência, da cultura e das lutas. Em outro livro, *Costumes em Comum* (1998), ele analisou como os trabalhadores lidavam com regras e tradições, mostrando que a cultura popular também é uma forma de resistência.

Mesmo que esses autores tenham estudado a Europa, seus trabalhos ajudam a entender o que acontece com os trabalhadores no Brasil, porque muitos dos desafios como exploração, desemprego, lutas por direitos continuam atuais.

A elaboração do produto educacional desta pesquisa passou por algumas modificações. Após a disciplina de produtos educacionais e as orientações com minha orientadora, optamos por desenvolver um material paradidático como recurso didático. Dessa forma, selecionamos estratégias para abordar a temática da pesquisa voltada para o ensino de história. Também discutimos a análise dos livros didáticos mencionados no capítulo anterior, a fim de estabelecer uma base de referência sobre como esses materiais apresentam os conteúdos, seu design e as ferramentas utilizadas para facilitar a transmissão do conhecimento.

Inicialmente, organizamos a temática a ser abordada no paradidático e adaptamos a linguagem para alunos do 9º ano do ensino fundamental. A estrutura do material foi baseada na pesquisa dissertativa, abordando três temas principais: *as sociedades benfeicentes e mutualistas durante a Primeira República; o trabalhismo na Era Vargas; a degradação do trabalho e as perdas dos direitos trabalhistas na atualidade*.

As ferramentas utilizadas para a produção do design gráfico foram o *Pacote Adobe (Ilustrador, Photoshop, InDesigner)*, plataformas online que permite criar diversos tipos de materiais visuais. Como ajudar de um profissional de designer gráfico foram feitas a diagramação e capa do paradidático. Antes disso, organizei as imagens e os textos no *Word* para estruturar o conteúdo do material. As imagens utilizadas foram extraídas de jornais, livros, pesquisas acadêmicas e sites de notícias, sendo todas devidamente referenciadas, com indicação de seus autores e fontes de pesquisa.

O referencial teórico foi o mesmo utilizado na pesquisa dissertativa, incluindo bibliografia e materiais documentais. Entre as referências bibliográficas, destacam-se: Thiago

Juliano Sayão, que estuda o associativismo negro durante a Primeira República; Cláudia Maria Ribeiro Viscardi, que analisa a historiografia do mutualismo no Brasil nos últimos 20 anos; e Maria Celina D'Araujo, com a obra *As instituições brasileiras na Era Vargas*. Além disso, utilizamos *Estado Novo: Ideologia e Poder*, organizado por Lúcia Lippi Oliveira, Mônica Pimenta Velloso e Ângela Maria de Castro Gomes, e *O Privilégio da Servidão: O Novo Proletariado de Serviços na Era Digital*, de Ricardo Antunes.

As fontes documentais foram diversas, incluindo Fotografias, Estatutos das Sociedades Mutualistas, Charges, Reportagens, entre outras. Esses materiais foram encontrados no Arquivo Público do Maranhão, na Biblioteca Benedito Leite, e nos sites do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Uma das nossas principais preocupações foi a adequação da linguagem ao público-alvo, os estudantes do 9º ano. Nesse sentido, problematizamos a ideia de “transposição didática”, conforme discutida por Chevallard (1991), refletindo sobre como transformar o conhecimento acadêmico em um conteúdo acessível para a sala de aula. Assim, buscamos aproximar a temática do universo contemporâneo dos alunos, integrando tecnologias e ferramentas digitais. Para tornar o paradidático mais dinâmico, inserimos QR codes que direcionam para materiais complementares, como tutoriais sobre a criação de mapas mentais, incentivando a produção de atividades interativas dentro do material.

O paradidático possui uma apresentação aos estudantes, uma introdução, três capítulos, com boxes para a complementação do assunto, atividades de aprendizagem, a conclusão e as referências bibliográficas. Os capítulos intitulam-se *Do Mutualismo ao Trabalhismo*; *O Trabalhismo na Era Vargas*; *Uberização do Trabalhos nos Tempos atuais*. Os materiais complementares dos boxes permitem uma interação com os estudantes por meio de diferentes linguagens, que vão desde os textos acadêmicos, documentos, literatura, filmes até o glossário com a explicação de termos menos conhecidos no cotidiano dos alunos. Esses boxes são os seguintes:

Saiba Mais - para que os estudantes fiquem por dentro dos assuntos abordados de forma mais aprofundada.

Personagens históricos – para que os estudantes aprendam um pouco mais sobre determinados personagens históricos.

Com a palavra, os especialistas – para o conhecimento do que dizem os pesquisadores que estudam a história do trabalho e das lutas sociais.

História em Cartaz – para a indicação de filmes e documentários que ajudem a entender melhor os temas estudados sobre o mundo do trabalho.

Literatura engajada - para sugestões de livros de ficção que abordem temas sobre lutas sociais e dos trabalhadores(as).

Para refletir – para convidar o leitor a pensar mais profundamente sobre alguns dos temas estudados.

Glossário – para saber os significados das palavras destacadas no decorrer do paradidático.

O paradidático pretende ser um instrumento de reflexão para os estudantes que estão concluindo a primeira etapa da Educação Básica (9º ano do Ensino Fundamental), fase em que se tornam aptos para as experiências de trabalho como “Menor Aprendiz”, muito embora nas famílias das classes trabalhadoras com baixa remuneração a experiência do trabalho já acompanhe muitos desses jovens como forma de contribuir para a renda da família. Esses jovens poderão perceber, por meio de uma reflexão crítica, as intensas transformações que vêm ocorrendo nos últimos anos, e como são parte dessa nova organização do mundo do trabalho. Ao longo do material são apresentados diversos contextos históricos relacionados à experiência da classe trabalhadora no Brasil dentro do sistema capitalista e seus desdobramentos. O estudante poderá conhecer as transformações e lutas dos trabalhadores antes e depois da atuação do Estado como agente de assistência a essa classe, ou seja, desde as formas de organização no período pós abolição, nas primeiras décadas da República, até o período da consolidação das leis do trabalho na Era Vargas, culminando com o momento atual de avanço do neoliberalismo e crise do trabalho, com perdas significativas dos direitos trabalhistas e precarização das relações de trabalho.

Ao final esperamos que o estudante compreenda que a organização da classe trabalhadora foi fundamental para a melhoria das condições de trabalho, bem como entender como os direitos historicamente conquistados vêm sendo, pouco a pouco, retirados no contexto atual, comprometendo o futuro de milhões de jovens e adultos que ficarão cada vez mais à margem dos empregos formais, com garantias de proteção social aos trabalhadores.

3.2 Aplicação do Paradidático “Trabalhadores do Brasil”: do trabalhismo à uberização

O paradidático foi aplicado na *Escola de Tempo Integral Maria Araujo da Silva*, localizado no Povoado Cocal, na cidade de Santo Amaro do Maranhão. Foram utilizados dois horários da disciplina de História, para que os estudantes pudessem ler com calma o produto e responderem o questionário.

Primeiro foi feito a introdução do conteúdo da aula sobre A Era Vargas, conteúdo esse encontrado no livro didático utilizado pelo professor de história. Nesse primeiro momento falei sobre o processo de formação da classe trabalhadora brasileira, depois sobre a Revolução de 1930, com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, seguida das demais fases da era Vargas, como o Governo Provisório, Governo Constitucional e o Estado Novo. Foi destacado o tema do Trabalhismo e da organização e lutas da classe operária durante esse período.

Em um segundo momento fiz comparações do período Varguista com os dias atuais, relacionando as conquistas trabalhistas da Era Vargas e as perdas de direitos das últimas décadas. Nesse segundo momento distribuí algumas cópias para os alunos e os organizei em equipe. Utilizei um aparelho de data show para mostrar para turma e acompanhar a leitura do paradidático, como mostra na imagem abaixo.

Imagem 7: Estudantes da escola de Tempo Integral Maria Araujo da Silva em sala de aula



Fonte: Foto do arquivo pessoal do autor (2025).

No terceiro momento apresentei aos alunos o paradidático e pedi para fazerem uma leitura em grupo para trabalharmos as atividades presentes no material. Utilizei o recurso de caça-palavras para fixar nos alunos os principais temas em destaque no paradidático.

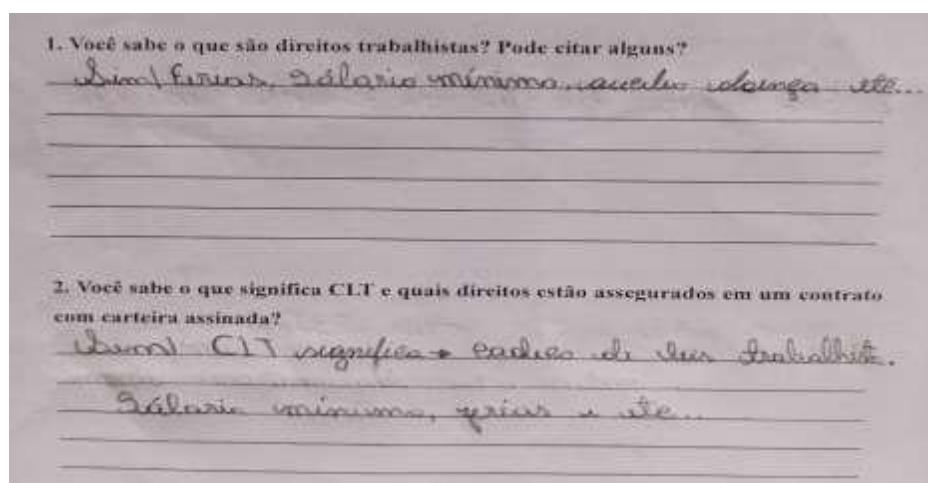
Pela observação da turma os resultados alcançados foram satisfatórios para pesquisa, os estudantes se mostraram muito curiosos com a aula e o paradidático, principalmente no

momento descrito da degradação atual do trabalho, com o termo uberização assustando os alunos pelo fato de observarem a perda de direitos e os trabalhos poucos remunerados.

Foi aplicado um questionário para os alunos e professores da escola com a intenção de ter um feedback para aprimorar o paradidático e fazer um diagnóstico a respeito da temática trabalhada. Com os professores, além de saber a impressão que tiveram do material, o objetivo também era saber da intenção dos mesmos em utilizar esse material em sala de aula.

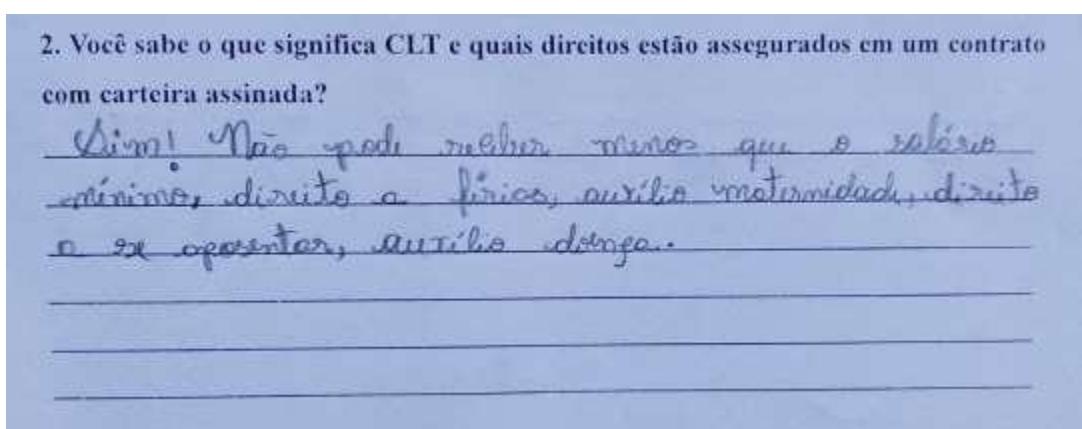
A seguir, destacamos algumas respostas dos estudantes sobre perguntas do questionário aplicado em sala de aula como apoio a aplicação do produto educacional.

Imagens 8: Respostas dos estudantes ao questionário



Fonte: Questionário elaborado para a pesquisa (Arquivo pessoal do autor).

Imagens 9: Resposta da questão 2 do Questionário

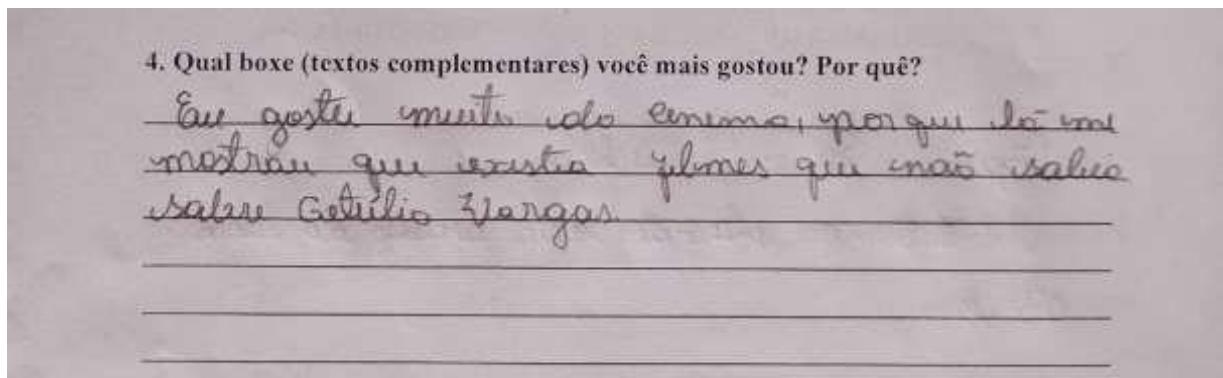


Fonte: Questionário elaborado para a pesquisa (Arquivo pessoal do autor).

As respostas dos estudantes apresentam de forma sintética seus conhecimentos sobre os direitos trabalhistas, explicando o significado da CLT e os direitos garantidos por essa normativa, o que mostra a percepção comum entre esses estudantes, com o conhecimento dos principais direitos trabalhistas assegurados pela carteira de trabalho.

No paradidático foram desenvolvidos boxes com o objetivo de auxiliar os leitores ao longo da leitura. Por isso, perguntamos aos estudantes qual boxe mais chamou sua atenção. Na imagem abaixo apresentamos a resposta de um aluno do 9º ano, que destacou o boxe “História em Cartaz”, sobre o Cinema, como um recurso especialmente atrativo, o que indica que recursos audiovisuais são uma alternativa eficaz para o ensino de História.

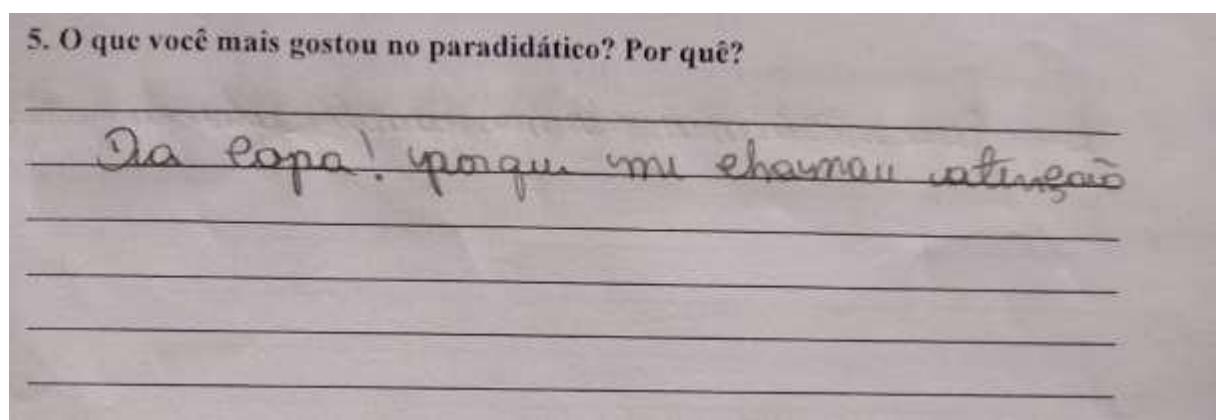
Imagen 10: Resposta da questão 4 do Questionário



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

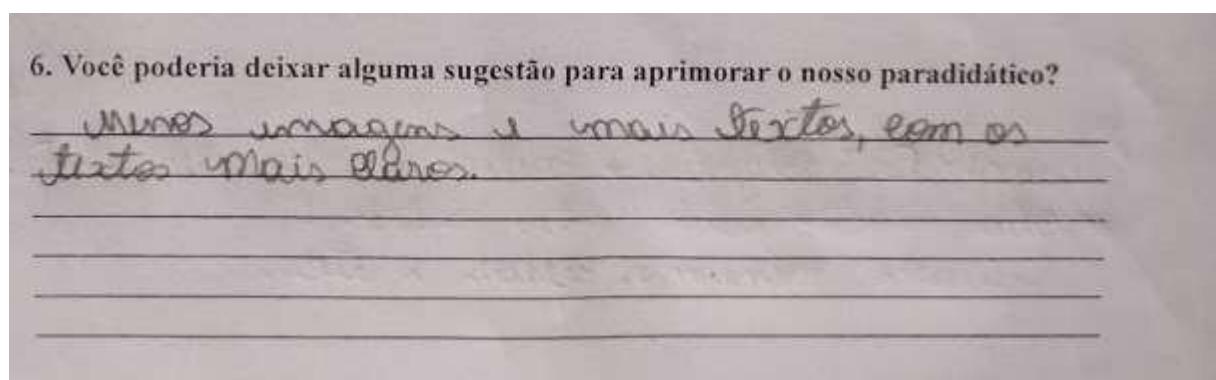
Também foi realizada uma pergunta sobre qual parte do paradidático mais agradou aos alunos. A capa do material se destacou como um dos elementos mais atrativos, como podemos observar na imagem abaixo, o que é bastante positivo, pois pode ser um fator de atração para levantar o interesse pela leitura. A imagem da capa traz um signo bastante familiar pra a atual geração, o serviço de entrega de mercadorias compradas por meios digitais, feita por trabalhadores que utilizam de motos e bicicletas.

Imagen 11: Resposta da questão 5 do Questionário



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Imagen 12: Resposta da questão 6 do Questionário

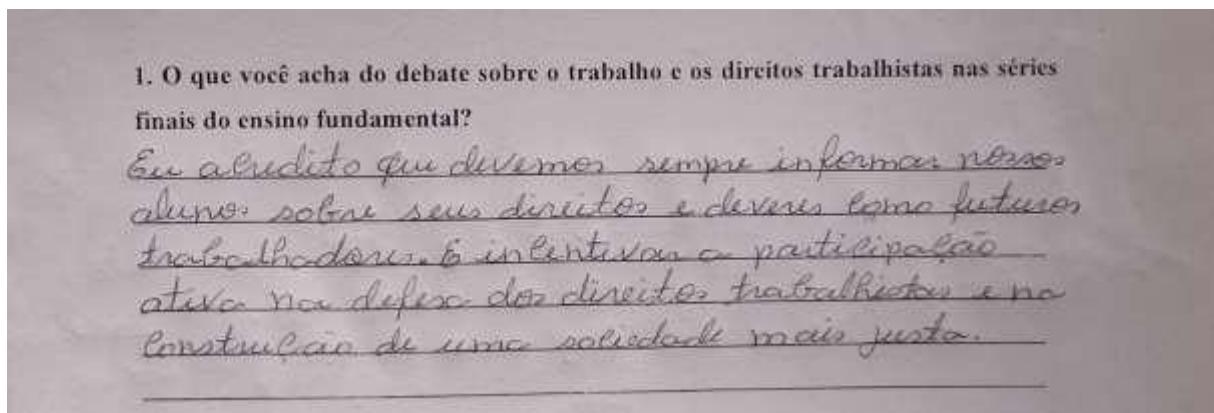


Fonte: Arquivo pessoal do autor.

A contribuição dos estudantes para a construção e aprimoramento do paradidático é fundamental para esta pesquisa dissertativa. Por isso, incluímos no questionário uma pergunta em que os alunos puderam sugerir melhorias para o material, considerando que são o público final deste trabalho. Nesta resposta em destaque o estudante sugere mais textos, com uma linguagem mais acessível, o que indica que possivelmente considerou o texto do paradidático muito técnico, ou acadêmico, dificultando a compreensão do conteúdo para o seu nível escolar. Também chama atenção o fato de ter considerado excessiva a quantidade de imagens, o que surpreende, pois se imagina que as imagens sejam mais atrativas para esse público.

Já o questionário destinado aos professores teve como objetivo criar um canal de feedback entre os docentes e o autor do paradidático, permitindo o aperfeiçoamento do conteúdo e uma melhor compreensão do público que fará uso dele.

Imagen 13: Questionário do professor



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Nesta resposta o(a) professora destaca a importância de trabalhar os temas do trabalho e dos direitos trabalhistas para os estudantes das séries finais do ensino fundamental, a fim de orientar o estudante sobre seu papel como cidadão e sua inserção no mundo do trabalho de forma mais consciente, promovendo o desenvolvimento de habilidades críticas e a defesa dos direitos trabalhistas.

Embora a aplicação do paradidático tenha sido feita em apenas uma escola, com uma única turma do 9º ano do Ensino Fundamental, em razão do pouco tempo disponível para a conclusão da pesquisa, foi uma experiência fundamental para a percepção do material no ambiente escolar, com o público alvo. As reações e comentários dos estudantes e professores, bem como as respostas dos questionários foram bem significativas da recepção, do que precisa ser melhorado, a exemplo da linguagem mais acessível e atrativa aos estudantes, o aspecto visual para que as imagens sejam melhor aproveitadas tanto na questão estética como na transmissão de informações complementares. As atividades de aprendizagem propostas, embora não tenham sido aplicadas para a testagem dos estudantes, foram consideradas factíveis, desde que bem auxiliadas pelos docentes, uma vez que desafiam os estudantes na construção de materiais que não são comuns em seu cotidiano escolar, a exemplo da construção de uma matéria jornalística ou uma simulação de atuação de uma entidade social.

A construção do paradidático se mostrou uma experiência desafiadora, mas também bastante gratificante em relação as possibilidades de elaboração de recursos para os estudantes, assim como de aprendizado em uma nova linguagem didática, visando aproximar os estudantes de temas atuais, do seu cotidiano, com apoio das pesquisas acadêmicas, das tecnologias de

informação e comunicação, bem como dos signos presentes na atual era digital, das gerações do novo milênio.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objetivo analisar como a temática do trabalhismo é abordada no ensino de História na Educação Básica, destacando sua formação durante o governo Vargas e a posterior (des)proteção ao trabalhador. Foi discutido o impacto do neoliberalismo nas legislações educacionais, especialmente na BNCC, e suas implicações para a educação da classe trabalhadora. A pesquisa examinou a presença do trabalhismo nos livros didáticos de História e Geografia no Maranhão, a partir da década de 1980, e apresenta a construção de um paradidático sobre os direitos trabalhistas no Brasil, com enfoque desde o período pós abolição, com o mutualismo, a Era Vargas até as atuais transformações no mundo do trabalho.

Constatou-se que, mesmo em um país cuja legislação trabalhista foi central para a consolidação do pacto social e do projeto de modernização nacional, como ocorreu durante a Era Vargas, o ensino sobre o trabalhismo ainda se resume, na maioria das vezes, a uma narrativa heroica centrada no Estado e em suas figuras políticas. Esse enfoque ignora as formas autônomas de organização da classe trabalhadora, como o mutualismo, o sindicalismo, os movimentos grevistas, as associações negras e tantas outras expressões coletivas de resistência que antecederam e coexistiram com as políticas estatais.

Ao longo da pesquisa foi possível perceber que há uma tendência à despolitização dos conteúdos escolares, marcada pela padronização curricular imposta por documentos como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Esta, embora traga avanços no reconhecimento da diversidade cultural e social do país, ainda reflete uma lógica tecnocrática, voltada para o desempenho e para a formação de sujeitos adaptáveis ao mercado em detrimento da formação de sujeitos históricos, críticos e comprometidos com a transformação social.

Nesse cenário, o ensino de História aparece como campo de disputa simbólica e ideológica. A forma como os conteúdos são selecionados, organizados e transmitidos não é neutra: ela reflete visões de mundo, interesses de classe e projetos de sociedade. Por isso, defender a inclusão crítica do trabalhismo, das lutas sociais e das experiências dos trabalhadores no currículo escolar é, antes de tudo, um ato político e pedagógico, um gesto de resistência frente às tentativas de esvaziamento do sentido formativo da escola.

A análise dos livros didáticos circulados no Maranhão nas últimas décadas revelou lacunas graves, tanto na ausência de uma abordagem aprofundada sobre o mundo do trabalho quanto na invisibilização das experiências locais. Pouco se fala sobre os trabalhadores rurais, sobre as mulheres nas fábricas de fiação e tecelagem, sobre as sociedades de ajuda mútua negras

e populares que marcaram a história da resistência operária no estado. Essas ausências contribuem para perpetuar a ideia de que a história do trabalho no Brasil é homogênea, urbana, masculina e sudestina, apagando, portanto, outras formas de existência e de resistência.

Diante do avanço do neoliberalismo, da destruição de políticas públicas, da flexibilização de direitos, da informalidade crescente e da retomada de discursos que culpabilizam os próprios trabalhadores por sua precariedade, torna-se ainda mais urgente formar jovens capazes de compreender criticamente essas transformações. O ensino de História, nesse contexto, deve assumir o compromisso de recuperar a memória das lutas sociais, promover o pensamento crítico e oferecer ferramentas simbólicas e conceituais para que os estudantes se posicionem no presente e projetem um futuro mais justo e solidário.

Esta dissertação e seu produto educacional reafirmam, portanto, a necessidade de uma escola que seja lugar de resistência e de construção de sentidos. Uma escola que se recuse a naturalizar a desigualdade, que valorize o conhecimento produzido nos territórios, e que reconheça o trabalho não apenas como categoria econômica, mas como dimensão da vida, da identidade e da luta por reconhecimento.

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS

Estatutos de Sociedades Mútua:

Montepio Comercial e Industrial do Maranhão (1930).

Sociedade B. 13 de Maio (1888).

Sociedade Beneficente dos Chauffeurs (1930).

Sociedade Beneficente Maranhense (1897).

Sociedade Beneficente São Benedito (1901).

Sociedade Beneficente São Luiz (1890).

Sociedade Centro Caixeiral (1890).

Sociedade Funerária Ilimitada (1900).

Sociedade Militar do Maranhão (1871).

Sociedade Mútua dos Funcionários do Estado do Estado (1928).

União dos Funcionários Públicos do Maranhão (1933).

União dos Sapateiros (1927).

União dos Trabalhadores das Capatazias do Estado (1929).

União Operaria Maranhense (1919).

Estatutos das Associações Profissionais:

Associação dos Professores Normalista do Maranhão (1931).

Associação dos Proprietários de S. Luiz (1931).

Legislações:

Decreto N° 21.417, de 17 de maio de 1932.

Decreto N° 4.682, de 24 de janeiro de 1923.

Livros didáticos:

Estudo Regional do Maranhão (1988), de José Raimundo Lindoso Castelo Branco.

História do Maranhão (2001), de Maria Nadir Nascimento.

Atlas Escolar Maranhão: Espaço Geo-Histórico e Cultural (2006) de Antônio Cordeiro Feitosa e José Ribamar Trovão.

Conexões e Vivências História (2022), de Silvia Panazzo e Maria Luísa Vaz.

Anuários Estatísticos:

Anuário Estatístico do Brasil Ano II – 1936.

Anuário Estatístico do Brasil Ano VI – 1941/1945.

Jornais:

O Rosariense (1903)

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Vitor Sergio de; JUSTINO, Rogério. O contexto neoliberal na formulação e na promulgação da LDB de 1996. **Cadernos da Fucamp**, v. 17, n. 31, p. 125-136, 2018.

ALVES, Sandra Maria Barros. **A História da Educação na Região Centro-Sul do Maranhão (1965-1980)**. 2022. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022.

BARRETO, Álvaro Augusto de Borba. Representação das associações profissionais no Brasil: o debate dos anos 1930. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 22, p. 119-133., junho, 2004.

BATISTA, Rafael Lopes; BLANCO, Diego Dalla P.; CHAMA, João Pedro G.; RIBEIRAL, Tatiana Braz. A ideologia neoliberal na educação brasileira: considerações a partir de Christian Laval. **Perspectiva em Diálogo**, Naviraí, v. 09, n. 21, p. 453-469, 2022.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 2º edição. São Paulo – SP: Cortez Editora, 2008.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar**. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo), São Paulo – SP, 1993.

BORGES, Kamylla Pereira. “Eu vejo o futuro repetir o passado: BNCC, neoliberalismo e o retorno aos anos 1990. **Revista Pedagógica**, v. 22, p. 01-24, 2020.

BRAGA, Gleidy. As Mulheres no Contexto das Sociedades Ocidentais: uma luta por igualdade. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 06, n. 10, p. 308-319, 2019.

BRASIL. Constituição de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2024. Disponível em: [Constituição \(planalto.gov.br\)](https://www.planalto.gov.br/constituicao/). Acesso em: 10 de julho de 2024.

BRASIL. **Lei nº 9. 394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: [L9394 \(planalto.gov.br\)](https://www.planalto.gov.br/legislacao/lei/9394.html). Acesso em: 10 de Julho de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. **Brasil: 500 anos de povoamento**, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. – Rio de Janeiro, IBGE, 2007. 232 p.

CAIMI, Flávia Eloisa. A História na Base Nacional Comum Curricular. **Revista do Lhiste**, Porto Alegre - RS, v. 03, n. 04, p. 86-92, 2016.

CARVALHO, Natalia Salema de. **Novos paradigmas das previdências pública e privada**. Monografia (Graduação em Direito) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

CATELAN, Magdale Machado; HENN, Leonardo Guedes; MARQUEZAN, Fernanda Figueira. A influência das políticas neoliberais no ensino de história, nos anos finais do ensino fundamental: algumas reflexões sobre os PCNs e a BNCC. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 3, e71932432, 2020.

CERRI, Luís Fernando; COSTA, Maria Paula. O banho, a água, a bacia e a criança: história e historiadores na defenestrão da primeira versão da Base Nacional Curricular Comum de História para o Ensino Fundamental. **Educar em Revista**, Curitiba – PR, v. 37, p. 01-21, 2021.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

COGGIOLA, Osvaldo. Origens da classe operaria no Brasil. **Hic Rhodus. Crisis capitalista, polémica y controversias**, São Paulo, n. 19, dezembro, 2020.

CORRÊA, Shirlei de Souza; FERRI, Cássia; GARCIA, Sandra Regina de Oliveira. O que esperar do Novo Ensino Médio? **Revista Retratos da Escola**, Brasília-DF, v. 16, n. 34, p. 15-21, 2022.

COSTA, Santos Flávia. **A ação da “imprensa oficial” e do DEIP sob a interventoria de Paulo Martins de Sousa Ramos no Maranhão (1937-1945)**. Monografia (Graduação em História) - UEMA, São Luís - MA, 2016.

CRUZ, Rafael Almeida. **As Associações Mutualistas e o mundo do trabalho: os trabalhadores e suas organizações no Rio de Janeiro (1861-1882)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Rio de Janeiro, 2015.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

DCTMA. Documento Curricular do Território Maranhense para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, Secretaria do Estado da Educação. São Luís, 2019. Disponível em: [Secretaria de Educação do Governo do Estado do Maranhão \(educacao.ma.gov.br\)](http://Secretaria de Educação do Governo do Estado do Maranhão (educacao.ma.gov.br)). Acesso em: 24 de julho de 2024.

DEIRÓ, Maria de Lourdes Chagas. **As Belas Mentiras: a ideologia subjacente aos textos didáticos**. 13 ed. São Paulo: Centauro, 2005.

DE PAULA, Amir El Hakim. A relação entre o estado e os sindicatos na era Vargas: uma análise geográfica. **Pegada-A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 19, n. 1, 2018.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os impactos nas políticas de regulação e avaliação da educação superior. In: AGUIAR, Márcia Ângela; DOURADO, Luiz Fernandes. **A BNCC na contramão do PNE 2014 – 2024: avaliação e perspectivas**. 2018. p. 01-59. Disponível em: [CapaCadernosBNCC.cdr \(anpae.org.br\)](http://CapaCadernosBNCC.cdr (anpae.org.br)). Acesso em: 11 de julho de 2024.

ECO, Humberto; BONAZZI, Marisa. **Mentiras que parecem verdades**. São Paulo: Summus, 1980.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução de B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010.

FARIA, Ana Lúcia G. de. **Ideologia no livro didático**. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social: 1890-1920**. 2ª edição. São Paulo, Editora Companhia das Letras, 2016.

FRACCARO, Gláucia. **Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.

FRANCO, Aléxia Pádua; SILVA JUNIOR, Astrogildo Fernandes da; GUIMARÃES, Selva. Saberes Históricos Prescritos na BNCC para o Ensino Fundamental: tensões e concessões. **Ensino em Revista**, Uberlândia-MG, v. 25, n. especial, p. 1016-1035, 2018.

FRANÇA, Carlos Eduardo; CABRAL, Rafael Lamera. Direitos sociais e identidade operária: o poder da ideologia trabalhista no governo de Getúlio Vargas (Brasil, 1930-45). **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, v. 11, n. 2, p. 634-653, 2016.

FERNANDES, Bernardo Mançano. O uso do livro paradidático em sala de aula. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 20, n. 1, 1995.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora. **Perspectiva**, Florianópolis-SC, v. 19, n. 01, p. 71-87, 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio et al. Educação e a crise do capitalismo real: a questão do trabalho como princípio educativo. **Educação e Realidade**, v. 14, n. 1, p. 7-30, jan./jun. 1989.

FRITZEN, Juliana Pires. A feminização da assistência social: discutindo gênero e sua interface com a proteção social. In: **Seminário Nacional de Serviço Social: Trabalho e Política Social**, Florianópolis-SC, p. 01-09, 2015.

GIARETA, Paulo Fioravante; LIMA, Cesar Bueno de; PEREIRA, Tarcísio Luiz. A Política Curricular da BNCC e seus Impactos para a formação humana na perspectiva da pedagogia das competências. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara-SP, v. 17, n. especial 01, p. 0734-0750, 2022.

GOETTERT, Jones Dari. **Introdução à história do movimento sindical**. 3º ed. Brasília, DF: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, 2014.

HOBBSAWM, Eric J. **A era do capital: 1848-1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOBBSAWM, Eric J. Mundos do trabalho, novos estudos sobre história. **História & Ensino**, Londrina v. 9, L p. 37-62, outubro 2003.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. BNCC, Agenda Global e Formação Docente. **Revista Retratos da Escola**, Brasília – DF, v. 13, n. 25, p. 187-201, 2019.

JACOMINI, Márcia Aparecida. Novo Ensino Médio na prática: a implementação da reforma na maior rede de ensino básico do país. **Revista Retratos da Escola**, Brasília-DF, v. 16, n. 35, p. 267-283, 2022.

JOGAS, Camila Menegardo Mendes. Mutualismo e fronteira racial: Sociedades de trabalhadores negros e Conselho de Estado no Rio de Janeiro do século XIX. **Revista Trilhas da História**, Três Lagoas-MG, v. 07, n. 14, p. 05-25, 2018.

LARA, Silvia Hunold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. **Projeto História: revista do programa de estudos pós-graduados de história**, v. 16, São Paulo, Fevereiro, 1998.

LAGUNA, Alzira Guiomar Jerez. A contribuição do livro paradidático na formação do aluno-leitor. **Augusto Guzzo Revista Acadêmica**, v. 2, p. 43-51, 2001.

LIMA, Fábio Souza. A História por trás da origem do uniforme azul e branco das normalistas do Rio de Janeiro. **RevistAleph**, n. 31, dezembro, 2018.

LOMBARDI, José Claudinei; SILVA, Cláudio Rodrigues da. Resenha do livro “Educação e ensino na obra de Marx e Engels”, de José Claudinei Lombardi. **Org & Demo**, Marília, v. 13, n. 2, p. 133-138, Jul./Dez., 2012. Disponível em: unesp.br. Acesso em: 07 de julho de 2024.

LUCENA, Lúcio José de Azevêdo. BNCC: diálogos possíveis entre o ensino de história? **Ensino em perspectivas**, Fortaleza, CE, v. 03, n. 1, p. 01-10, 2022.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Educação. **Caderno de orientações curriculares para o ensino médio da rede estadual do Maranhão** / Maranhão, Secretaria de Estado da Educação. — São Luís, 2022. Disponível: educacao.ma.gov.br. Acesso em: 24 de julho de 2024.

MATEUS, João Gabriel da Fonseca. O Sindicalismo Revolucionário como Estratégia dos Congressos Operários (1906, 1913, 1920). **Revista Enfrentamento**, v. 7, n. 12, São Paulo, 2012.

MEDEIROS, Marcelo. **A Trajetória do Welfare State no Brasil: papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930 aos anos 1990**. Brasília: IPEA, 2001.

MENDONÇA, Erasto Forte. PNE e Base Nacional Comum Curricular (BNCC): impactos na gestão da educação e da escola In: AGUIAR, Márcia Angela; DOURADO, Luiz Fernandes. **A BNCC na contramão do PNE 2014 – 2024: avaliação e perspectivas**. 2018. p. 01-59. Disponível em: [CapaCadernosBNCC.cdr\(anpae.org.br\)](CapaCadernosBNCC.cdr(anpae.org.br)). Acesso em: 11 de julho de 2024.

MILITÃO, Sílvio César Nunes; QUEIROZ, Welcianne Ires de; ORTEGA, Daiani Vieira. A BNCC e as avaliações externas e em larga escala: velhas e novas interfaces em tempos de neoliberalismo extremado. **Olhar de Professor**, Ponta Grossa, v. 26, p. 01-27, 2023.

MOLINA, Rodrigo Sarruge; BORDIGNON, Talita Francieli. A BNCC, a Intencionalidade da Pedagogia das Competências e o Ensino de História. **Revista Práxis e Heg Popular**, Marília-SP, v. 07, n. 10, p. 89-109, 2022.

MONTEIRO, Ana Maria. A história ensinada: algumas configurações do saber escolar. **HISTÓRIA & ENSINO**, Londrina, v. 9, p. 37-62, 2003

MOTA, Kleiton Nazareno Santiago. **Mutualismo ferroviário: prover e proteger na sociedade beneficiante do pessoal da estrada de ferro de Baturité de 1891 aos anos 1930**. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza - CE, 2009.

MOTA, Antonia da Silva. **Fábrica Martins Irmão & Cia: trajetória fabril na dinâmica urbana de São Luís**, São Luis, editora: Edufma, 2014. p.250.

NOMELINI, Paula Christina Bin. Mutualismo em Campinas no início do século XX: possibilidades para o estudo dos trabalhadores. **Revista Mundos do Trabalho**, Campinas, v. 2, n. 4, pág. 143-173, agosto/dezembro 2010.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. Políticas curriculares no contexto do golpe de 2016: debates atuais, embates e resistências. In: AGUIAR, Márcia Ângela; DOURADO, Luiz Fernandes. **A BNCC na contramão do PNE 2014 – 2024: avaliação e perspectivas**. 2018. p. 01-59. Disponível em: [CapaCadernosBNCC.cdr\(anpae.org.br\)](CapaCadernosBNCC.cdr(anpae.org.br)). Acesso em: 11 de julho de 2024.

OLIVEIRA, Sandra Regina de; CAIMI, Flávia Eloisa. Vitória da tradição ou resistência da inovação: o ensino de história entre a BNCC, o PNLD e a escola. **Educar em Revista**, Curitiba, PR, v. 37, p. 01-21, 2021.

PEREIRA, Nilton Mullet; RODRIGUES, Maria Cristina de Matos. BNCC e o Passado Prático: Temporalidades e Produção de Identidades no Ensino de História. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 26, n. 107, p. 01-22, 2018.

PIROTTA, Wilson Ricardo Buquetti; PIROTTA, Kátia Cibelle Machado. O impacto da flexibilização das leis trabalhistas sobre as condições de trabalho da mulher. **Anais do III**

Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil, p. 1-19. 2016.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RALEJO, Adriana Soares; MELLO, Rafaela Albergaria; AMORIM, Mariana de Oliveira. BNCC e Ensino de História: horizontes possíveis. **Educar em Revista**, Curitiba, PR, v. 37, p. 01-19, 2021.

RESENDE, Jacione Aparecida Cabral. **A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o neoliberalismo e o ensino profissionalizante no Brasil, a partir da década de 1990**. Dissertação (Mestrado em História) - Pós-Graduação em História, Uberlândia – MG, 2020.

RÜSEN, Jörn. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. **Práxis Educativa**. Ponta Grossa, PR, v. 1. n. 2, p. 07 – 16, jul-dez. 2006.

CERTEAU, Michael de. **A Escrita da História**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1982, p 311.

ROSA, Júlio César da. Sociedades Recreativas e Associativismo Negro: Agremiações em Santa Catarina no Pós-Abolição (1903-1950). **Revista da ABPN**, v. 9, n. 23, p.223-248, 2017.

SALES, Tatiane da Silva. Educação e Sociedade maranhense na Primeira República. In: **ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História**, Fortaleza, p. 01-11, 2009.silva São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p 493.

SAYÃO, Thiago Juliano. As heranças do Rosário: associativismo operário e o silêncio da identidade étnico-racial no pós-abolição, Laguna (SC). **Revista Brasileira de História**, São Paulo – SP, v. 35, no 69, p.131-154, 2015.

SILVA JR, Adhemar Lourenço da. **As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas**. 2004. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Grande Sul Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2004.

SILVA JÚNIOR, Leônidas Freire. **Subalternos organizados: mutualismo operário e trabalhadores no Meio-Norte (1900-1922)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói 2018.

SILVA, Diana Rocha da. **A Institucionalização dos Grupos Escolares no Maranhão (1903-1920)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2011.al

SILVA, Marcos. “Tudo Que Você Consegue Ser” – Triste BNCC/História (A versão final). **Ensino em Revista**, Uberlândia – MG, v. 25, n. especial, p. 1004-1015, 2018.

SILVA, Robson Santos Câmara. **O sindicalismo docente da educação básica no Maranhão: da associação à emergência do sindicato**. 2013. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

SILVA, Robson Santos Câmara. O sindicalismo docente da educação básica no Maranhão: gênese, lutas e desenvolvimento. In. ___. **Sindicalismo em educação e relações de trabalho. Uma visão internacional.** Brasília: Paralelo 15, 2015. p. 91 – 110.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da Classe Operaria Inglesa.** 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 291.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em Comum.** 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMSON, Ana Beatriz Accorsi. Os paradidáticos no ensino de História. **Revista do Lhiste-Laboratório de Ensino de História e Educação**, v. 3, n. 4, 2016.

VENANCIO, Giselle Martins. Lugar de mulher é... Na fábrica; Estado e trabalho feminino no Brasil (1910-1934). **História: Questões & Debates**, Curitiba, v. 34, n. 1, p. 175-200, 2001.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Estratégias populares de sobrevivência: o mutualismo no Rio de Janeiro republicano. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 29, n. 58, p. 291-315, outubro/dezembro 2009.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. O estudo do mutualismo: algumas considerações historiográficas e metodológicas. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 2, n. 4, p. 23-39, agosto/dezembro 2010.

ANEXOS

ANEXO A: Ofício nº 07/2025 apresentado a direção da escola de Tempo Integral Maria Araujo da Silva



Ofício n° 07/2025-PPGHIST UEMA

São Luís, 26 de março de 2025

Ao Gestor (a) da Escola Municipal de Tempo Integral Maria Araujo da Silva

Prezado (a) Gestor (a),

O Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão, solicita que o discente Luis Carlos Cantanhede Santos Junior, regularmente matriculado, desenvolva pesquisa no âmbito do Mestrado Profissional intitulada “Trabalhadores do Brasil” envolvendo história, trabalhismo e (des)proteção social (Maranhão/Brasil) e o Produto Técnico Tecnológico (PTT) “Trabalhadores do Brasil”: trabalhismo e (des)proteção ao trabalhador Brasileiro da era Vargas aos dias atuais. Sob orientação da Professora Dra. Elizabeth Sousa Abrantes. A fim de avançar/concluir seus estudos, o discente solicita autorização dessa respeitada Instituição para realizar pesquisas de modo regular.

Agradecemos a colabora o dessa Casa com a forma o profissional de nossos estudantes.

Atenciosamente,


 Prof. Dra. Helidacy M. Menezes Correia
 Coordenadora do Programa de Pós-Graduação
 em História PPGHIST
 PORTARIA N.º 980/2023-GR/UEMA

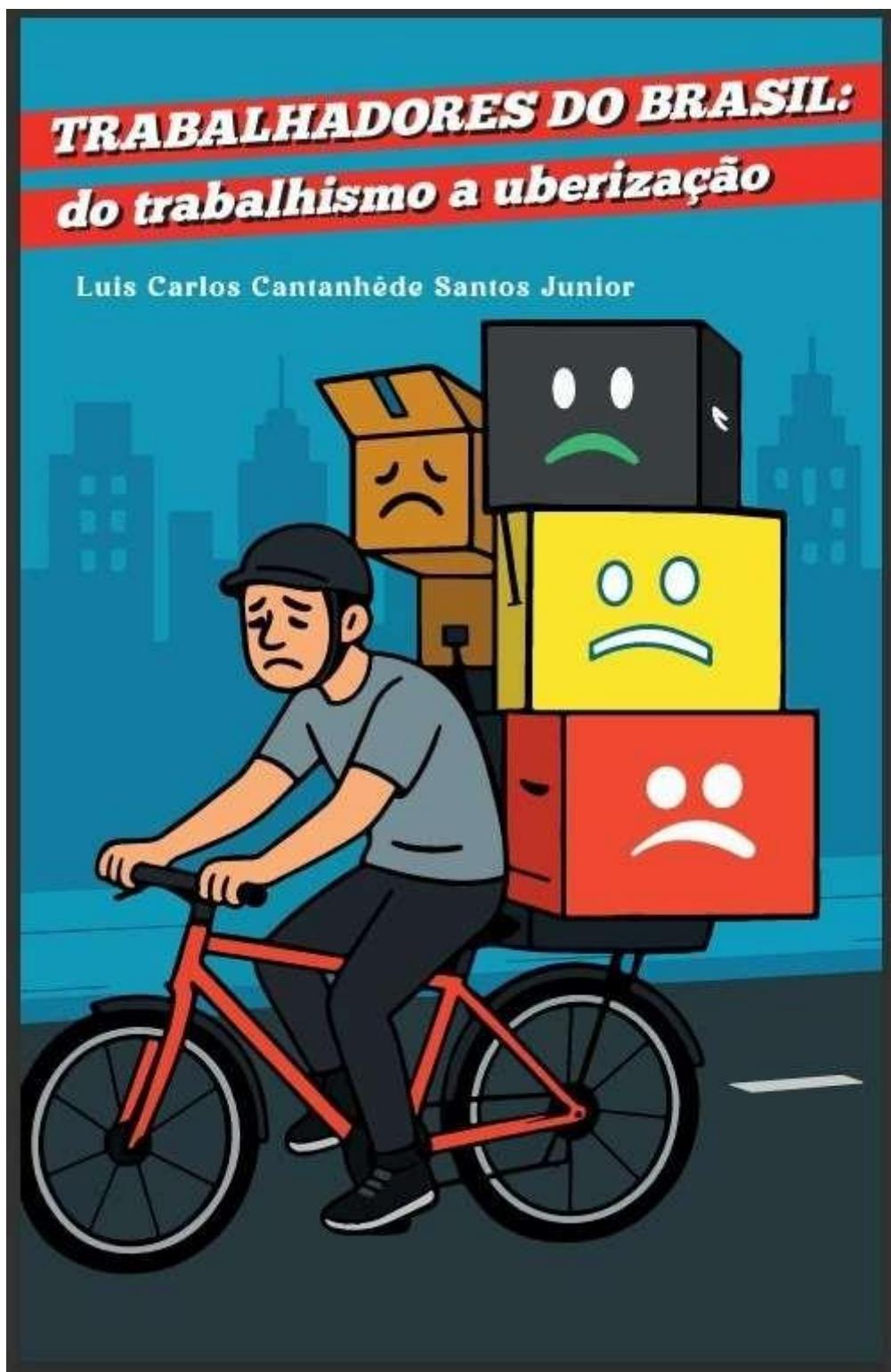
Prof. Dra. Helidacy Maria Menezes Correia
 Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História
 Mestrado e Doutorado Profissional
 (PPGHIST/UEMA)
 PORTARIA N.º 980/2023-GR/UEMA

Rua da Estrela, nº 329, Centro Histórico / Praia Grande – São Luís/MA, CEP: 65010-200.
 Fone: (98) 98807-4731 / e-mail: coordenacao_ppghist@uema.br Site: <http://www.ppghist.uema.br>



APÊNDICES

APÊNDICE 1: Capa do paradidático produzido como produto educacional no PPPGHIST – UEMA



APÊNDICE 2: Questionário (estudantes) primeira e segunda página

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Questionário (estudantes)

Nome: _____

Escola: _____

Série: _____

O questionário tem como objetivo criar um feedback dos autores com os estudantes, dessa maneira aprimorando o paradidático com a demanda e conhecendo os estudantes.

1. Você sabe o que são direitos trabalhistas? Pode citar alguns?

2. Você sabe o que significa CLT e quais direitos estão assegurados em um contrato com carteira assinada?

3. Sobre o paradidático “Trabalhadores do Brasil”, o que você achou do conteúdo, a quantidade de textos e a linguagem?

4. Qual boxe (textos complementares) você mais gostou? Por quê?

5. O que você mais gostou no paradidático? Por quê?

6. Você poderia deixar alguma sugestão para aprimorar o nosso paradidático?

APÊNDICE 3: Questionário (professores) primeira e segunda página

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Questionário (professores)

Nome: _____

Formação: _____

Disciplina que leciona: _____

O questionário tem como objetivo criar um canal de feedback entre os professores e os autores do paradidático, permitindo aprimorar o material e conhecer melhor o público que irá utilizá-lo.

1. O que você acha do debate sobre o trabalho e os direitos trabalhistas nas séries finais do ensino fundamental?

2. Como é a abordagem sobre o trabalho e os direitos trabalhistas nos livros didáticos utilizados em suas aulas?

3. Sobre o paradidático “Trabalhadores do Brasil”, o que você achou do conteúdo, a quantidade de textos e a linguagem?

4. Qual boxe (textos complementares) você mais gostou? Por quê?

5. O que você mais gostou no paradidático? Por quê?

6. Você poderia deixar sugestões para aprimorar o nosso paradidático?
